



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

INTRODUÇÃO

As práticas sexuais há muito vem sendo fonte de estudos científicos e especulações morais, principalmente as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo – além de travestis, transexuais e transgêneros - que mesmo sendo uma prática registrada por muitos historiadores como algo existente desde as sociedades primitivas, foi compreendida em diferentes momentos como anormal e condenável. Foi preciso muitos séculos e muitas lutas sociais para que o sujeito praticante de uma sexualidade divergente da heteronormativa conquistasse alguns direitos.

Sendo assim, iniciamos nossa discussão pela história de construção do conceito de homossexualidade até a formação inicial dos Movimentos Sociais LGBTs, observando as dimensões que perpassam a construção dos MS LGBTs assim como suas interconexões, que contribuem para a constituição dos processos de subjetivação do movimento. Além de caminhar dentre alguns conceitos de identidade, pretende-se ressaltar algumas implicações dessas formações identitárias para tais movimentos enquanto agenciamentos coletivos de resistência. Este ensaio pretende apresentar algumas reflexões sobre a categoria identidade e suas inferências que a mesma possui no processo de constituição dos Movimentos Sociais LGBTs.

O conceito de homossexualidade foi se construindo ao longo dos tempos tendo como base vários fatores, científicos, médicos, jurídicos e religiosos o que contribuiu para o surgimento de diversas explicações que envolviam uma relação de poder-saber sobre as verdades constituídas em torno dos sexos e das sexualidades, garantindo não apenas interdições e proibições, mas também a ampliação e dispersão dos discursos sobre sexualidades (FUCOUALT, 2009).

Em um primeiro momento destaca-se uma grande mudança que ocorre ao passo em que nossas sociedades transformam suas bases de organização social - passando de uma sociedade de base matriarcal para uma de base patriarcal e falocêntrica – e econômica – de um sistema econômico fundacional para um de acumulação e captação de bens de consumo. Essas transformações nas relações sociais e econômicas ocorrem simultaneamente ao desenvolvimento das sociedades juntamente com outros elementos



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

que compõem o campo social agenciam o desenrolar de cada momento histórico, estando interligados aos mecanismos de poder que constroem as verdades e organizam, conduzem e controlam os sujeitos e suas práticas.

Dessa forma, os discursos sobre as relações humanas, e conseqüentemente as relações sexuais, passam a ser assunto presente nas sociedades ocidentais e alvo das instituições de controle, uma vez que tais discursos se mostram como mecanismos de normatização e homogeneização dos sujeitos através de modelos hegemônicos, e práticas que desviam dos padrões normativos questionam o modelo social vigente.

Inicialmente temos a igreja como determinante das regras de condutas sociais e sexuais, e a homossexualidade era algo condenado pelo cristianismo e passível de punição divina, pois o homem configurava-se como o próprio modelo da moral. Sendo entendida como uma prática sodomita, a relação entre pessoas do mesmo sexo seria uma afronta ao projeto divino da reprodução.

Ao ser nomeada de homossexualidade por instancias científicas, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo passa a ser compreendida como enfermidade. A medicina agora dita o que é condenável e saudável no que diz respeito às práticas humanas, convertendo o pecado da sodomia na doença do homossexualismo. E, para finalizar, temos a junção do direito. Tanto a medicina quanto a religião passam a fazer uso das leis para condenar as práticas sexuais não ortodoxas e manter a ordem social vigente. Formando-se assim o tripé sustentador das condutas sociais hegemônicas - religião-medicina-direito – que passam a determinar, juntas, os parâmetros de normalidade dos sujeitos e suas práticas.

Num segundo momento abrimos espaço para discutir o cenário de surgimento dos Movimentos Sociais, considerando as linhas clássicas de abordagem, a européia e a norte-americana, mas aprofundando a formação dos chamados Novos Movimentos Sociais, que de acordo com registros históricos estariam mais próximos das práticas sociais que se desenvolveram após o processo de redemocratização do Brasil. Utilizamos como principal referencial bibliográfico as análises feitas por Gohn (2006), por considerarmos que a mesma apresenta em seus estudos um importante suporte histórico da construção dos Movimentos Sociais principalmente na América Latina, mas



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

paralelamente colocamos reflexões críticas acerca de algumas determinantes colocadas como decisivas para o processo de desenvolvimento dos Movimentos Sociais e seus contextos políticos, econômicos, históricos, sociais e culturais. Para isso utilizamos estudiosos que apontam para a importância das instâncias de poder que perpassam as dimensões de formação dos sujeitos e grupos sociais e para potência de transformação da realidade presente nos agenciamentos coletivos de resistência, que acabam por produzir modos de vida criativos que possibilitam a existência da multiplicidade humana. Tais discussões estão presentes em textos referenciais de Foucault, Deleuze e Guattari, autores que são utilizados ao longo do ensaio para dar suporte às colocações que trazem outra perspectiva de compreensão das identidades e dos Movimentos Sociais.

Dessa forma, chegamos ao contexto que potencializa o surgimento e desenvolvimento de práticas de resistência de grupos minoritários como os Movimentos Sociais LGBTs que podem ser definidos como uma representação organizada de uma comunidade social diferenciada (SILVA, 2008). Levantando como fontes de desejo não apenas questões estruturais-materiais, mas também simbólico-culturais por se constituírem enquanto agenciamentos coletivos que propõem a transformação criativa da sociedade que possibilitam a autenticação e a expressão de novos modos de vida para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais.

Sendo assim destacamos três momentos importantes para construção dos MS LGBTs: as primeiras manifestações públicas ocorridas na Alemanha no século XIX; o início do Movimento Homofílico após a II Guerra Mundial e o “incidente de Stonewall” ocorrido em 27 de junho de 1969 na cidade de Nova York. Ao percorrer esses acontecimentos históricos encontramos características formadoras de movimentos em rede, como a criação de círculos de comunicação globalizantes, modos diferenciados de atuação política e a elaboração de linhas de fuga da repressão de um modelo normativo da existência humana e seus modos de vida. Além de observarmos a presença constante de formulações identitárias que possuem aspectos psicossociais relevantes na construção subjetiva dos indivíduos implicados nas ações políticas de resistência.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Desta forma, a categoria identidade perpassa a construção dos Movimentos Sociais LGBTs como dimensão potencializadora da participação coletiva dos sujeitos nas ações de transformação social, sendo assim a problematização deste conceito, assim como a reflexão acerca das nuances que o mesmo envolve se configura como ponto central de discussão deste ensaio, que busca apresentar algumas perspectivas teóricas a fim de estabelecer o diálogo entre linhas de pensamento diversas, pois o objetivo aqui é construir possibilidades de entendimento sobre os encontros e desencontros produzidos a partir da utilização de formulações identitárias dentro dos Movimentos Sociais LGBTs.

Para isso utilizaremos estudiosos como Deleuze, Guattari, Foucault, Rolnik entre outros, no intuito de ampliarmos o campo de visão para pensar os Movimentos Sociais LGBTs enquanto fenômenos de precipitação capazes de romper barreiras territoriais de modos de vida normalizantes e inibidores do sujeito homossexual. Uma vez que os MS LGBTs atuam enquanto espaços rizomáticos através de interconexões organizantes de ordem instituinte, possibilitando a emergência de singularidades em que imanam a característica heterogênea de movimentos de ruptura como o Movimento Social LGBTs.

1. Breve histórico sobre homossexualidade.

As sociedades vêm modificando os vários conceitos que modelam a vida dos sujeitos ao longo de sua construção histórica, a considerar as diferenças sociais, culturais e ambientais em que tais conceitos são formulados e instituídos. Essas mudanças ocorrem com tanta fluidez, que é preciso uma atenção maior aos acontecimentos históricos para compreender como chegamos às afirmações que temos e fazemos hoje, principalmente se considerarmos que os registros retratam a história dos homens a partir de uma perspectiva duvidosa – um modelo de homem construído dentro de uma sociedade patriarcal e falocêntrica que considera a existência de um único e verdadeiro sexo - uma vez que o poder da fala esteve, por vezes, fixado nas camadas dominantes da sociedade. “As elites dominantes garantiram a construção de uma



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

memória e de uma história oficial à sua imagem e semelhança: masculina, branca, eurocêntrica, rica e heteronormativa” (SOARES, 2008, p.30).

Por tratarmos nesse primeiro momento de uma perspectiva histórica o termo adequado a ser utilizado, por vezes, para referirmo-nos as pessoas que praticam relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo seria “homossexualismo”, mas por entendermos o significado clínico implicado no termo, uma vez que o mesmo foi utilizado durante séculos - a partir de seu surgimento em 1869 – para categorizar patologicamente os sujeitos identificados como praticantes de uma sexualidade desviante do padrão heteronormativo imposto em diversas sociedades, optamos por trabalhar com o termo “homossexualidade”, apesar de este ser compreendido por diversos cientistas e estudiosos da sexualidade humana, como uma palavra que não atinge o objetivo de alcançar uma definição científica necessária para explicitar a natureza somática e psicológica de tal “desvio sexual” (TREVISAN, 2011). O termo homossexualidade somente passa a ser utilizado após anos de lutas encabeçadas por diversos movimentos homossexuais, que surgem em contextos históricos e sociais particulares, que serão expostos e discutidos mais adiante.

A homossexualidade é uma prática retratada por diversos historiadores como algo que sempre esteve presente na sociedade, com significados diversos e múltiplas explicações. Sendo assim, para entender como o mesmo ocupa em alguns momentos um lugar em uma zona de marginalidade, e em outros como foco de luta de movimentos sociais - que buscam seus direitos e seu lugar na sociedade não apenas enquanto grupos que tem por objetivo a mobilidade social, ou seja, o movimento de uma posição social para outra, mas também em busca de uma mudança na natureza das relações entre grupos sociais em grande escala (TAJFEL, 1981) - é necessário um breve apanhado histórico dos vários momentos que contribuíram para construção do conceito da homossexualidade que temos hoje e como se configuraram ao longo dos anos os movimentos sociais LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

É possível perceber através de estudos realizados sobre os diversos momentos históricos, que a sociedade se mostra de maneira contraditória ao longo dos tempos no



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

que diz respeito aos sentidos e significados dados as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, ora se posicionando de maneira condenatória, ora de forma tolerante (RIBEIRO e ALMEIDA, 2010). Mas o que podemos observar é que o discurso sempre se constrói direcionado à busca pela normatização dos sujeitos e controle social de suas práticas, pautado em princípios instituídos pelo discurso hegemônico.

De acordo com Daniel e Baudry (1977), citados por Ribeiro e Almeida (2010), na história da humanidade, a homossexualidade, ao atravessar diversas épocas e culturas, já foi compreendida como algo sacramental, ritual, aceito e mesmo idealizado, mas também como um costume doentio, imoral e criminoso, e por isso rejeitado e condenado por diversas instituições. Alguns estudos antropológicos retratam a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, como sendo algo praticado em diversas tribos pré-históricas em forma de ritual. Em várias partes do mundo, antes das inúmeras colonizações, homens e mulheres viviam sua sexualidade como um mecanismo de transição, onde o sexo era utilizado como um meio de troca de fluídos que contribuía para a formação da força para os homens, e da purificação para as mulheres. Sendo assim, não havia a proibição da prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, mas a mesma era mantida de acordo com os rituais de cada tribo (SPENCER, 1996).

Dessa forma, tais organizações tribais concentravam-se nas mulheres e seus filhos, ou seja, eram basicamente matriarcais. A mulher por ser a reprodutora fixava-se mais próximo à comunidade - esta por sua vez era o centro da vida social - e os pais eram apenas visitantes nesse “lar tribal”; não existia um conceito de paternidade, a descendência dos filhos era identificada através da mãe, ou em algumas tribos identificada com o coletivo que compunha a comunidade. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho era baseada nas condições materiais, ou seja, homens e mulheres executavam suas atividades diárias buscando a sobrevivência gradual da comunidade, através da caça, agricultura e criação de animais domesticáveis. Esse tipo de sociedade era denominada de fundacional¹. Com a transformação das sociedades fundacionais em

¹ O termo “fundacional” é utilizado para se referir à sociedades que existiam em baixo grau de desenvolvimento tecnológico, mas com alto grau de desenvolvimento humano, em que a luta era contra a natureza e não contra outros seres humanos (OKITA, 2007, p. 23).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

sociedades de classe, a compreensão acerca do papel da sexualidade também foi modificada.

Na sociedade fundacional a luta era contra a natureza, ou seja, pela sobrevivência, tomava toda a energia e tempo. À medida que o desenvolvimento tecnológico produziu riquezas materiais acima das necessidades básicas e possibilitou a acumulação, trouxe consigo uma transformação fundamental nas relações humanas. (OKITA, 2007, p. 30).

A maior transformação pode-se assim dizer, foi à mudança de uma sociedade basicamente matriarcal para uma sociedade do tipo patriarcal, e alguns fenômenos sociais de sobrevivência explicariam essa mudança, como por exemplo: devido o desenvolvimento gradual da sociedade, em alguns momentos passa a ficar evidente que algumas atividades, como agricultura e domesticação de animais “rendiam” mais que a caça, por exemplo. A domesticação de animais de pequeno porte era uma atividade desempenhada essencialmente pelas mulheres, o fato dos homens terem uma maior experiência com animais de grande porte – por serem responsáveis pela caça - facilitava a criação de gado pelos mesmos, levando as mulheres a ficar com a criação de animais de menor interesse. Outro atributo masculino da época era sua capacidade de luta, dessa forma os homens tinham maiores possibilidades de dominar outras tribos, conseguindo assim maior mão de obra para a agricultura, por fazer de seus “dominados” escravos para o trabalho. Fatores como estes levaram os homens das tribos ao enriquecimento, os colocando em uma posição social acima das mulheres, uma vez que neste momento a sociedade estava baseada no acúmulo e redistribuição de bens para o consumo tanto da própria comunidade, quanto de comunidades vizinhas. Agora o lugar da mulher era de reprodução, e manutenção da linhagem de herdeiros dos bens adquiridos pelos homens das tribos, ou melhor, das sociedades. Passava-se a viver agora sobre um sistema patriarcal, que regia as regras de conduta social e da economia local (OKITA, 2007).

Essas transformações nas relações humanas citadas por Okita (2007) vão desde os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, tanto no contexto público quanto no privado, até as formas como as instituições sociais interferem na vida



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

cotidiana dos sujeitos. Com as sociedades de classe as relações sexuais passam a ter mais restrições, “pela primeira vez, sentimentos sexuais e emocionais começaram a ser influenciados pelo controle social, e proibições rígidas foram construídas” (OKITA 2007, p.33). Dessa forma, a sexualidade passa a ter, de um modo geral, uma significação social negativa, iniciando uma modificação gradual no que se pode (deve) ou não fazer em termos de relações sexuais, a partir da construção de discursos sobre a sexualidade dos sujeitos - já presentes em sociedades antigas, mas somente desenvolvidos a partir do século XIX nas sociedades ocidentais - através de uma ciência sexual resultante de um fenômeno de supersaber cultural, social, científico e teórico da sexualidade. Evidenciando assim, a relação de poder existente entre o saber científico e a verdade sobre os sexos (FOUCAULT, 2006).

Na Grécia Antiga, por sua vez, muitos valorizavam o corpo masculino, de modo que aos homens era permitida a livre expressão de desejos e amores para com outros homens e mulheres de maneira igual. Sendo essas práticas entendidas como permissivas e benéficas, vinculadas a uma pedagogia em que o jovem relacionava-se com seu mentor de forma intracultural (Fogel, Lane & Liebert apud Ribeiro e Almeida, 2010). A prática sodomita ou pederastia, era muito comum entre os homens, consistia na relação sexual entre um homem adulto e um jovem, sendo essa prática exercida por toda a elite grega. O homem mais velho devia ser possuidor de bens e cultura, pois se tornaria um tutor social, cultural e sexual do jovem por um tempo determinado, sendo responsável pelo desenvolvimento pessoal e intelectual do mesmo. O erastes² deveria ser conhecido e aceito pela família do efebo³, só depois os dois poderiam viver juntos e iniciar os “aprendizados”. Embora esse tipo de relação fosse permitida e incentivada, a prática sexual entre pessoas adultas do mesmo sexo era reprovada, mas não proibida. Já em relação às mulheres a prática era reprovada e proibida (RIBEIRO e ALMEIDA, 2010).

Pode-se perceber que mesmo havendo uma aceitação aparente das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, a lógica de uma sexualidade hetero – baseadas na diferença dos papéis sociais (sexuais) - já se encontrava presente na Grécia Antiga, uma

² Homem mais velho que mantinha relação tutelar e relações sexuais com jovens do mesmo sexo na Grécia Antiga.

³ Rapaz jovem que mantinha relações sexuais com homens mais velhos na Grécia Antiga.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

vez que existia uma relação de hierarquia sexual entre o erastes e o efebo, pois apenas o jovem deveria se posicionar como sendo passivo na relação, pois o homem mais velho era o detentor do saber- poder. Da mesma forma em relação às mulheres, já que as mesmas não podiam exercer sua sexualidade da mesma maneira que os homens. Ou seja, não havia uma aceitação das relações homossexuais como pensam muitos militantes de inúmeros movimentos pela diversidade sexual. Havia uma tolerância ao relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo, baseada em moldes sociais da classe elitista grega, que utilizava como categorias de avaliação as condições econômicas e intelectuais dos homens que praticavam a sodomia.

Em meados do século XV, por se sustentar uma figura de homem divino que tem em suas praticas a própria expressão da moral cristã, a prática da sodomia passa a ser considerada como ato pecaminoso e passível da punição das leis religiosas - uma vez que a religião era base de controle social da época - a sodomia era vista como o crime mais hediondo.

Dentre todos os pecados, bem como parece ser o mais torpe, sujo e desonesto o pecado de Sodomia, e não é achado um outro tão aborrecido ante Deus e o mundo, pois por ele não somente é feita ofensa ao Criador da natureza, que é Deus, mais ainda se pode dizer, que toda a natureza criada, assim celestial como humana(ORDENAÇÕES AFONSINAS apud SOARES, 2008, p. 40).

Mas, conta-se que no início do século XVII, diversas práticas sociais e sexuais eram toleradas pela sociedade. “Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX [...] os corpos ‘pavoneavam’” (FOUCAULT, 1988, p.9). Ao longo do século XVII, a sexualidade passa a ocupar outro lugar social, este recluso e condenado ao privado, mudando-se para dentro do quarto de cada casal. A família nuclear, instituída pelos preceitos religiosos, confisca e absorve completamente a sexualidade para a seriedade da função de reproduzir. Nesse momento dar-se início a um processo de repressão - este se configura como a ligação entre poder, saber e sexualidade – pautando-se na lógica hipócrita das sociedades burguesas, que



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

mesmo negando a existência de formas bastardas de sexualidade, se força a algumas concessões. “Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro” (FOUCAULT, 1988, p.10).

Podemos perceber aqui uma ligação direta entre a lógica da repressão sexual e o desenvolvimento do capitalismo. Ora, em tempos em que as práticas dos sujeitos devam estar compatíveis com uma colocação no trabalho; em uma época em que se exploram de forma geral e intensa os sujeitos; não se pode admitir que outras maneiras de atingir prazer, salvo as que façam parte da ordem burguesa de reproduzir-se, possam coexistir sem restrições. Dessa forma, encontramos no século XVII a passagem de uma sociedade em que vigorava uma certa franqueza, para uma sociedade que passa a disseminar um discurso moderno de repressão do(s) sexo(s).

A religião seria, até meados do século XVIII, o pilar da construção social e moral das condutas humanas, produzindo uma verdadeira sodomização do amor entre iguais, estabelecendo os parâmetros da distinção entre normalidade e anormalidade. Justificando que:

Ao praticar a sodomia, o homem e a mulher sodomitas afastam-se do projeto salvífico de Deus, põe em risco o equilíbrio da criação, orientados apenas por uma sexualidade heterossexual, destinada à reprodução (SOARES, 2008, p. 75).

Até final do século XVIII a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo era entendida como sodomia, sendo assim ainda não havia uma nomeação específica para os sujeitos que realizavam tal prática.

Pode-se dizer que o homossexualismo e o sujeito homossexual é uma invenção do século XIX (SOARES, 2008), pois foi a partir da segunda metade do século XIX que o sujeito praticante da sexualidade que desviava da prática considerada normal para a classe detentora de conhecimento, passa a ser nomeado e marcado pela denominação de homossexual, sendo definido por se situar fora do ordenamento de práticas sociais (sexuais) estabelecidos para a sociedade (SOARES, 2008). Com a emergência das



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

ciências médicas, a homossexualidade passa a ser caracterizada como enfermidade; a medicina, através de disciplinas como a sexologia e a psiquiatria, passa a ditar o que é saudável, recomendável e praticável. Através desses mecanismos de racionalização das relações de poder entre sujeito e instituições disciplinares se busca uma objetivação do sujeito, uma vez que no processo de transformação do ser humano em sujeito o mesmo é envolvido tanto por relações de produção e econômicas como por relações de poder que atravessam suas relações individuais e em sociedade (FOUCAULT, 1995). Pensar na formação do sujeito homossexual é também pensar em como as instituições reguladoras da vida humana se utilizam das relações de poder que perpassam o cotidiano dos sujeitos, e se articulam juntamente com os mecanismos mantenedores de signos e tecnologias comportamentais no processo de subjetivação desse sujeito homossexual e na construção das relações tanto com o seu interior quanto com os outros e com o campo social de um modo geral.

O termo homossexualismo foi utilizado pela primeira vez em 1869 por um médico húngaro, para categorizar as pessoas que mantinham práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo – retirando o caráter pecaminoso instaurado pela religião – assim ele escreveu:

Além do impulso sexual normal dos homens e mulheres, a Natureza, em seu poder soberano, dotou alguns indivíduos masculinos e femininos, ao nascer, de um impulso homossexual, deixando-os assim numa dependência sexual que os torna física e psiquicamente incapazes – mesmo com a melhor das intenções – de ereção normal. Esse impulso cria antecipadamente um claro horror ao sexo oposto (SPENCER, 1996, p. 274).

Apesar do reconhecimento de um outro tipo de sexualidade, que não a heterossexual, a homossexualidade é tratada ainda como anormalidade, mantendo assim o *status quo* de uma sociedade cujo objetivo é legitimar e manter a predominância de uma cultura hegemônica, baseada em uma lógica de hierarquização das relações sociais, enfatizando uma superiorização e inferiorização dos grupos que compõem o campo social. Resguardando a poucos o direito a fala, mantendo no subterrâneo os discursos



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

não condescendentes com o saber construído no bojo das ciências - as verdadeiras instituições que possuíam o “know how” para determinar as forma de saber-poder sobre as sexualidades. Penetrando e controlando através de “técnicas polimorfos do poder” (FOUCAULT, 1988, p.18), os caminhos que o discurso sobre os sexos percorreram ao longo da construção histórica da sociedade ocidental e da constituição política dos conceitos em torno da sexualidade humana (FOUCAULT, 1988).

Sendo assim, a medicina a partir do século XVIII começa a se fortalecer enquanto instância produtora de discursos e verdades sobre diversas dimensões sociais, dentre elas, o sexo e a sexualidade dos sujeitos. Infiltrando-se na vida dos casais, dos pais, dos adolescentes, das famílias, tratando de filtrar, proteger, prevenir, classificar, separar e indicar tratamentos e punições adequadas às transgressões sexuais, controlando assim as práticas sociais e sexuais de toda sociedade, substituindo a religião e reconvertendo o pecado em doença (FOUCAULT, 2009).

Foucault (1972) discute as grandes funções da medicina em nossa sociedade, que acabam por justificar como tal instituição a partir do século XVIII se consolida tornando-se guardiã das condutas humanas, ditando os padrões de normalidade e anormalidade, reconfigurando-se à medida que a sociedade apresenta novos caminhos e novas configurações de relações entre os sujeitos.

“... a profissão médica, a medicina, a prática médica tem por função manter todos os grandes tabus da moral, da moralidade burguesa, da moral de nossa sociedade e, por conseguinte, quando a lei moral, os hábitos morais, os tabus morais de nossa sociedade são atacados, é papel fundamental da medicina passar imediatamente à primeira linha e lançar a contraofensiva (FOUCAULT, 2011, p. 306).”

Durante tal período, até o final do século XIX, as ciências tornam-se mecanismos de legitimação da ordem social, ou seja, a medicina, a psiquiatria, a psicologia entre outras, eram disciplinas que buscavam conhecer os sujeitos para controlar a vida dos mesmos, produzindo ideologias e despontando como mecanismos de cura e salvação para as anormalidades da sociedade. De acordo com Soares (2008),



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Medicina, psicologia e psiquiatria são os novos pilares da normatividade, porque se constituem como saberes fundamentados na verdade científica observável e não em suposições religiosas. Desse modo, passam a patologizar a homossexualidade classificando-a como prática desviante a partir de um modelo heterossexual dominante, onde o mesmo não é apenas uma maneira de expressar afeto, agora o é:

Um estilo de vida que tem sido hegemônico nos últimos 150 anos. Durante mais de um século, casar-se e ter filhos (...) tem sido opção socialmente prevista para o conjunto da população. Para ser 'normal' basta ser esposo e esposa; porem, o modelo estabelece, ademais, que a excelência se alcança sendo pai e mãe. Um só tipo de relação, a união estável e o matrimônio; um só tipo de família, a reprodutiva (GUASCH apud SOARES 2008, p. 45).

Dessa forma, para conseguir impor seu modelo a medicina se uniu ao direito para superar os conflitos de interesses surgidos com a nova constituição normativa acerca da ordem social vigente. Através da definição de comportamentos não convencionais determinados pela medicina, o direito faz uso de leis para condenar as práticas da sexualidade não ortodoxas como a homossexualidade (SOARES, 2008). Assim, temos um tripé que sustenta a manutenção da ordem social hegemônica, um modelo religioso-médico-jurídico, que estabelece normas de conduta social (sexual) para serem seguidos pelos sujeitos a fim de serem reconhecidos como parte integrante da classe 'normal' da sociedade.

As inúmeras tentativas de explicação para um comportamento sexual "anormal" passavam a ter uma característica biológica e hereditária, chegando a ser classificado – o homossexualismo – como *doença hereditária do sistema nervoso central*; e uma característica jurídica por serem considerados *perversos sexuais*. Mas sempre justificada pela máxima de que as relações homossexuais não devem ser permitidas e nem aceitas por não completarem o ciclo natural e divino da humanidade que tem como ponto principal a reprodução.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

A necessidade de procriar, de dar origem a uma outra geração, é tão poderosa que tem sido usada como um argumento da irrelevância do ato sexual dentro do mesmo sexo – ou até mesmo de que ele iria contra a natureza (SPENSER, 1996, p. 15).

Era uma busca incessante pelo verdadeiro sexo, este legítimo e restrito ao corpo biológico. Do ponto de vista da medicina, tratava-se do não reconhecimento de outras formas de sexualidade como “naturais”; do ponto de vista do direito, tratava-se do impedimento a livre escolha. Ou seja, conceber uma verdade que tolere a existência das transgressões seria admitir possibilidades que divergem da ordem estabelecida pela moralidade certificada pelo diagnóstico médico do verdadeiro sexo. E embora tal discussão pareça estar dissipada nos dias de hoje, esse assunto ainda provoca opiniões contraditórias sobre a possibilidade de um sujeito apresentar-se com características diferentes das concebidas para o seu corpo biológico.

“Porém continuamos a pensar que algumas delas insultam ‘a verdade’: um homem “passivo”, uma mulher “viril”, pessoas do mesmo sexo que se amam. Talvez haja uma disposição de admitir que isso não é um grave atentado a ordem estabelecida, porém estamos sempre prontos a acreditar que há como um “erro”. Um “erro” entendido no sentido mais tradicionalmente filosófico: uma maneira de fazer que não é adequada a realidade; a irregularidade sexual é percebida, mais ou menos, como pertencendo ao mundo das quimeras. Por isso não descartamos tão facilmente a ideia de que não são crimes, porém menos facilmente ainda a suspeita de que são “invenções” indulgentes, mas de qualquer forma inúteis, e que seria melhor dissipá-las (FOUCAULT, 2006, p.85)”.

Até o momento as sociedades eram marcadas por um sistema de ordenamento disciplinar, eram as chamadas “sociedades disciplinares”, conceito trazido por Foucault (DELEUZE, 1990 apud COSTA, 2004, p.161), sendo assim, as condutas sociais eram ditadas e mantidas pelas instituições através de dois polos de poder: a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa, é dentro dessa perspectiva que se legitimam as formas de poder e os mecanismos de



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

atuação do mesmo. Do mesmo modo que o poder é massificante, ao se utilizar de meios de homogeneização dos sujeitos para sua normatização; ele o é “individuoante, por se constituir num único corpo aqueles sobre os quais se exerce” (DELEUZE, 1990 apud COSTA, 2004, p.162).

As sociedades disciplinares estiveram compreendidas entre o século XVIII e a segunda metade do século XX, sendo caracterizadas pelo processo de enclausuramento dos sujeitos em um molde fixo e definido, sendo este aplicado aos mais diversos modos sociais de vida, esse processo foi chamado por Foucault de modelagem (COSTA, 2004). Desse modo, podemos perceber os caminhos pelos quais a homossexualidade foi direcionada durante os últimos séculos, pois a mesma era moldada a partir de instituições disciplinares que eram os pilares do saber da humanidade. Inicialmente a religião, que legitima uma única forma de aceitação divina das relações sexuais, e posteriormente as ciências, que passam a racionalizar a sociedade utilizando como pontos de referência a loucura, a doença, a morte, o crime, a sexualidade etc. fazendo uso das técnicas de poder para orientar a conduta social e sexual dos sujeitos. (FOUCAULT, 2006). Atualmente o processo é um pouco diferente, de acordo com Deleuze (2010), estamos vivendo uma crise generalizada das instituições disciplinares da sociedade, existe um esforço em se reformar a escola, o exército, a prisão, mas estas seriam instituições condenadas, que apenas substituem formas evidentes de controle por novas forças “formas ultrarrápidas de controle ao ar livre” (DELEUZE, 2010, p. 224). Iniciam-se novas liberdades, mas estas passam a integrar modos de controle que podem ser comparados aos mais rígidos meios de confinamento da subjetividade dos sujeitos. O formato, as técnicas, a lógica, a linguagem é diferente. Mas o objeto (o sujeito), e a finalidade é a mesma: produzir uma redoma onde às formas de poder encontram-se disseminadas em instâncias dissolvidas entre os sujeitos, para dificultar sua localização e a formação de espaços combativos e de resistência.

A partir desse esboço histórico sobre os diversos momentos que perpassaram a construção do conceito de homossexualidade, percebemos como o mesmo se constitui enquanto categoria social, que por vezes foi validada a partir de diferentes mecanismos de exclusão e desigualdade social, possuindo uma experiência sexual cravada pela



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

experiência de ter sempre menos direitos sociais, civis, sexuais, tornando-se um grupo inferiorizado frente ao reconhecimento social da heterossexualidade como única expressão válida e aceita de relação afetivo-sexual nas sociedades durante o decorrer dos séculos. Embora a homossexualidade tenha ocupado um lugar subterrâneo por diversos momentos na história da humanidade, podemos hoje encontrar maneiras de subir as escadarias do campo social e científico, em busca da transformação do contexto social, político, econômico através do enfrentamento do preconceito por meio da visibilidade da homossexualidade como uma questão política inerente às relações sociais e humanas. Compreendendo as relações de poder que contribuem para a manutenção de conceitos e para a construção de antagonismos sociais necessários na busca pelo reconhecimento do sujeito homossexual.

2. Estruturação dos Novos Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais são basicamente fundamentados em duas linhas teóricas, a europeia e a norte-americana, ambas baseadas na abordagem clássica marxista e na teoria da ação coletiva⁴, respectivamente. Pode-se dizer que nos anos de 1960 uma nova forma de se pensar os movimentos sociais surgiu, se desenvolvendo a partir de uma perspectiva dividida em duas linhas de abordagens, a neomarxista⁵ e a culturalista-acionalista⁶, levando a construção da teoria dos Novos Movimentos Sociais que encontramos atualmente (GOHN, 2006).

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) se caracterizam pela construção de um modelo teórico baseado na cultura, trazendo da base marxista os conflitos dados pelas estruturas de poder e desigualdades sociais, mas sem considerar a consciência de classe como categoria principal no paradigma dos NMS, estes influenciados também pela interpretação pós-estruturalista e pós-modernista da cultura. Os Novos Movimentos

⁴ A Teoria da Ação coletiva considera a ação no nível das estruturas, trabalhando num universo que prioriza as determinações macro da sociedade (GOHN, 2006).

⁵ Enfatiza a importância da consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva (GOHN, 2006).

⁶ Modelo teórico baseado na cultura (GOHN, 2006).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Sociais passaram ao longo de sua formação por várias transformações acerca da interpretação das categorias a serem consideradas no estudo de um paradigma contemporâneo, que enfatiza a ideologia atuante no campo da cultura, um sujeito não-hierarquizado, a afirmação de uma identidade construída coletivamente e a pluralidade de orientações presentes em cada movimento social. Este último, vindo a tornar-se o ponto central da discussão que levantaremos no próximo capítulo, onde iremos problematizar as nuances existentes ao falarmos de identidade nos movimentos sociais, uma vez que, por vezes identidade se mostra como espaço de uma multiplicidade de discursos e práticas sociais, e em outros momentos, como um mecanismo de limitação e determinação da própria ação política dos sujeitos.

Portanto, o deslocamento da ênfase de uma lógica racional do sistema (análises marxistas) para uma lógica de racionalidade dos indivíduos é uma característica dos Novos Movimentos Sociais, em que se destacam os fatores de construção da identidade, a autonomia e o reconhecimento dos movimentos por seus próprios atores e pela sociedade em geral. (GOHN, 2006, p. 131).

É importante destacar que o paradigma atual que cerca a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, não é “novo”. Trata-se de uma reestruturação de matrizes teóricas já existentes, havendo uma revitalização de categorias básicas de análise como cita Gohn (2006), ao referir-se sobre a inspiração neomarxista, a retomada de categorias básicas do funcionalismo, como sendo atributos básicos explicativos da ação dos indivíduos e grupos, e o resgate de alguns estudos antigos sobre lideranças e organizações. Sendo assim, o que encontramos nos NMS não são novos paradigmas teóricos, mas sim uma “contemporização” de matrizes teóricas clássicas já utilizadas para a elaboração de discursos sobre a ação dos diversos grupos sociais em busca da transformação da realidade social. “A novidade maior dos NMSs reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social do capitalismo, como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo” (SANTOS, 2008, p.258).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Embora utilizemos autores para referenciar a história de construção dos Novos Movimentos Sociais, refletir sobre alguns indicadores de análise é necessário para não cairmos em determinismos teóricos, pois se tratando de espaços de produções múltiplas de subjetividades, os movimentos sociais são antes de qualquer coisa, um lugar de potencialidades de processos de transformação que são atravessados por diferentes dimensões sociais que interferem na dinâmica de criação e evolução tanto da sociedade, quanto dos movimentos que funcionam como polos de resistência e transformação social.

Devemos atentar para os momentos históricos que ordenaram as formas de organização políticas de resistência, observando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais presentes na construção das relações dentro de uma sociedade capitalista, que produz e reproduz subjetividades dentro de uma lógica de mercado, mas que esta se encontra interligada a um sistema de produção também de bens imateriais, ou seja, informação, conhecimento, ideias, relacionamentos e afetos, estes por sua vez, orientam a produção e reprodução de novas formas de vida social. A criação e disseminação de novas subjetividades na sociedade (HARDT e NEGRI, 2005).

Dessa forma, com tais paradigmas surgem também teóricos com posicionamentos diferenciados. Felix Guattari, Giles Deleuze e Michel Foucault, são os principais teóricos contemporâneos a desenvolver estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos, estes recebem essa denominação por se tratar de formatações diferenciadas de atuação dos sujeitos nas lutas sociais cotidianas presentes no contexto urbano da sociedade, atuando como pontos de ruptura em um complexo industrial de subjetivação. É o que Guattari (1986), chama de “revoluções moleculares”, ou seja, processos de diferenciação que produzem modos de subjetividades singulares, onde podemos encaixar os movimentos ecológicos, feministas, homossexuais, negros, etc., por estes se apresentarem como mecanismos de resistência frente a uma produção de subjetividade serializada, que visa à apropriação dos sujeitos e de suas subjetividades.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

“A cultura e a busca de processos de singularidade são eixos básicos das análises de Guattari... Foucault é um dos principais articuladores de teorias fundadas no discurso dos agentes, na ação do indivíduo... Deleuze encontra na micropolítica das relações sociais sua base de análise... (GOHN, 2006)”.

Fundamentados no discurso dos agentes, na ação dos sujeitos, na cultura, nos processos de singularidade e na formação de redes sociais e culturais, como norteadores dos estudos sobre os NMS, considerados a partir de uma ótica pós-estruturalista, essa reestruturação nas bases de análise dos Novos Movimentos Sociais (NMS) ocorre em um contexto de transformações sociais geradas pelo processo de industrialização, que se expandiu cada vez mais com o progresso do sistema econômico capitalista. Tal expansão possibilitou a ampliação de pesquisas científicas desenvolvidas na academia sobre os conflitos sociais gerados por esse processo de globalização industrial.

Os movimentos sociais se desenvolvem juntamente com as dimensões sociais que produzem a modernização da sociedade, não tendo em sua base de formação apenas as lutas de classe, contra a pobreza e a miséria, agora também fortalecendo um desejo por democracia e liberdade, modificando sua estrutura a fim de construir projetos e organizações populares que possibilitem a autonomia e a pluralidade dos movimentos sociais de resistência.

Na América Latina, alguns autores observam um caminho distinto no que se refere aos Movimentos Sociais em relação ao que ocorreu na América Central, uma vez que, nos Estados Unidos havia pesquisas “teorizantes” sobre como se estruturavam os Movimentos Sociais, caracterizados basicamente pelos seus elementos analíticos do que reais propriamente ditos. Já nos países latinos o que se expandiu nas pesquisas acadêmicas foram os estudos diferenciados da realidade concreta dos Movimentos Sociais, devido o contexto social em que os mesmos se encontravam entre as décadas de 1960 e 1980, seguindo uma perspectiva europeia acerca dos Movimentos Sociais, em que “havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégica para ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato” (GOHN, 2006, p.215). Ou seja, os estudos realizados na América Latina sobre Movimentos Sociais possuíam um caráter teórico-empírico, que se aproximava



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

das bases de análise utilizadas na Europa, embora a realidade latino-americana apresentasse especificidades devido o momento histórico-político em que estavam se constituindo o aparecimento dos Movimentos Populares⁷.

A América Latina passava por um processo de militarização generalizada, tal processo produzia conflitos dentro da sociedade civil que exigiam uma análise empírica dos mecanismos estatais envolvidos, para se desenvolver estratégias combativas frente aos regimes totalitaristas. Ou seja, nos países latinos os estudos eram direcionados a realidade vivenciada pelos Movimentos Populares, estes localizados nas bases dos setores complementares do sistema capitalista.

Falar de um paradigma latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica. O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito (GOHN, 2006, p.211).

Vários trabalhos sobre Movimentos Sociais foram desenvolvidos em diversos países da América Latina, mas devido o direcionamento que será dado a este estudo os mesmos não serão citados, uma vez que nosso objetivo com a contextualização histórica dos Movimentos Sociais é construir um caminho que nos possibilite chegar ao foco nesse momento do trabalho, que é a estruturação dos Movimentos Sociais LGBT no Brasil. Sendo assim, o estudo será agora direcionado para a realidade brasileira e suas especificidades no desenvolvimento das bases de estruturação dos Novos Movimentos Sociais.

Os estudos sobre Movimentos Sociais no Brasil foram desenvolvidos principalmente na década de 80, havendo uma queda na produção de pesquisas relacionadas aos MS em geral na década seguinte. Gohn 2006, nos chama a atenção

⁷ Denominação utilizada para se referir aos movimentos sociais surgidos especificamente na América Latina, como por exemplo, os de luta pela redemocratização dos países que enfrentavam a militarização do Estado e movimentos de resistência à dilapidação da força de trabalho (GOHN, 2006).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

para aspectos interessantes sobre os registros históricos do passado dos MS, enfatizando...

“(...) a falta de referenciais teóricos e o volume de descrições sem análise; a necessidade de construção de esquemas explicativos que abordassem as especificidades do processo histórico brasileiro e o consequente uso de esquemas teóricos pertencentes a outras realidades socioeconômicas e político-culturais” (GOHN, 2006, p.286).

Ou seja, podemos encontrar diversas falhas na construção da história dos Movimentos Sociais no Brasil, mas devemos considerar que tais registros foram baseados em diferentes perspectivas analíticas que direcionam seus estudos por óticas específicas.

Já a década de 1980 pode ser considerada os anos de ouro para os Movimentos Sociais brasileiros, tanto em sua atuação concreta quanto na construção de estudos e formulação de análises sobre os mesmos. Devido às mudanças na conjuntura político-econômica surgidas com a nova realidade brasileira (processo de militarização), novos tipos de MS aparecem no cenário brasileiro. Além dos movimentos das mulheres, ecológicos, dos negros, todos nascidos no final da década de 70; surgem ainda movimentos que se diferenciam destes, são eles o das Diretas Já e o movimento operário, entre outros que lutavam por questões morais e da ética na política.

Santos (2008), fala sobre a heterogeneidade presente nos Movimentos Sociais brasileiros, apontando para os movimentos sociais urbanos, como os CEBs (Comunidades Eclesiais de Base organizadas a partir da Igreja Católica), o novo sindicalismo urbano e rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o poderoso movimento operário democrático, as novas experiências de greves cívicas nacionais, os movimentos de ocupação de terras, etc. Esses inúmeros exemplos de movimento populares no Brasil revelam o caráter plural presente na construção de movimentos de resistência.

Os Movimentos Sociais brasileiros sofreram um declínio nos anos 90, entre outras coisas, fruto de algumas alterações nos interiores dos MS brasileiros, tanto no



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

sentido estrutural como simbólico. Nesse momento inicia-se um processo de profissionalização dos militantes através da institucionalização dos MS, o que contribuiu para a perda da capacidade de mobilização que se via na sociedade civil brasileira das décadas de 70 e 80.

Militantes, assessores e simpatizantes deixaram de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. Criou uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e se ocupou de elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (...) (GOHN, 2006, p.286).

Apesar de toda repressão sofrida pelos Movimentos Sociais durante a ditadura militar, os mesmos foram de fundamental importância para o processo de redemocratização do Brasil. Tendo na Constituição de 1988 um marco na mudança da relação entre as lideranças populares e o Estado, surgem a partir desse momento, novas formas de atuação da sociedade civil frente ao Estado. “Desta forma, a partir do final da década de 80 e início dos anos 90, surge outro estilo de atuação política para os movimentos sociais” (GOHN, 2006).

Uma nova formatação social, novas estratégias políticas, novas formas de participação social, estas mais próximas do Estado não visualizando nele um inimigo, mas um mecanismo de acesso aos direitos civis, sociais e políticos, enfim, um cenário distinto e específico começa a se estabelecer no Brasil, consequência de um momento histórico diferenciado surgido a partir dos novos mecanismos de cooptação estatal.

Observamos, portanto, no cenário brasileiro dos anos 90 um conjunto enorme de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar com a sociedade civil (GOHN 2006, pág.301).

A partir da identificação de novas formas de opressão que extrapolavam as relações de produção material, emerge um paradigma social mais voltado para a cultura e a qualidade de vida, os NMS denunciam os abusos do processo de regulação em um



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

período de modernização globalizada demonstrando o desequilíbrio presente na sociedade como um todo. No qual a regulação não estava apenas presente nos modos de trabalho e de produção, mas também no interior dos sujeitos, interferindo em suas relações sociais e no seu processo de construção subjetiva. Assim, os NMS passam a construir novas formas emancipatórias em movimento com o processo de modernização tecnológica social.

O Estado passa a ser visto como mediador, estabelecendo uma relação de dependência, ampliando suas funções para um sistema assistencialista que possibilita a formação de grupos a partir de um aparelho de regulação, controle, disciplina. “O Estado é esse conjunto de ramificações, essa espécie de rizoma de instituições que denominamos ‘equipamentos coletivos’” (GUTTARI e ROLNIK, 1986, p. 147). A história nos mostra, em diversos momentos, que por vezes, a busca pela valorização social, a transformação do campo social, as concepções de luta social, acabam sendo adiadas, deixadas de lado em detrimento da instauração de novas elites, que utilizam os equipamentos coletivos do Estado para reproduzir, tanto no nível visível quanto invisível, formas de modelização que contribuíram para a solidificação de novas “castas burocráticas” (Idem).

As novas formas de atuação dos Movimentos Sociais produzem protagonismos sociais, mas ao mesmo tempo não estão isentas de produzir lutas que não almejem a transformação da sociedade, mas ganhos para ascensão de grupos específicos, uma busca por mobilidade, migrar de um grupo social para outro. A finalidade aqui estaria diretamente ligada aos critérios de formação do grupo e aos efeitos psicológicos implicados no sentimento de pertença grupal, este por sua vez, está relacionado com as “sólidas realidades das diferenciações sociais” (TAJFEL, 1981, p.15).

Tal discussão leva a questionamentos acerca da potencia de grupos minoritários, no processo de ruptura dos modos de produção de subjetividades dentro de uma realidade pré-fabricada em moldes da camada dominante da sociedade. Se considerarmos a análise das lutas sociais a partir da “micropolítica do desejo” (GUATTARI e ROLNIK, 1986), presente no campo social, podemos encontrar espaços de agenciamentos coletivos que produzem quebras na estrutura societal,



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

considerando que “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares” (Idem, p.127). Em que as revoluções molares estariam presentes em áreas mais amplas de diferenciações sociais, e as moleculares poderiam ser encontradas em espaços microdimensionais, que por vezes são confundidas com lutas de pouca significância, mas que possuem um alto coeficiente de liberdade e desejo, produzindo movimentos emancipatórios localizados e momentâneos, que fazem emergir ações globais e maximalizadas. Ou seja, trata-se de analisarmos os espaços de antagonismos políticos sem estabelecer relações binárias em relação à força de articulação e resistência dos agenciamentos sociais, independentemente de suas associações, uma vez que os processos de singularização são afetados tanto em um nível macrossocial quanto em um nível microsocial, atentando para as relações de forças que perpassam a construção de tais agenciamentos, que podem ou não transformá-los em uma cópia da realidade dominante que combatem.

Pensar os Novos Movimentos Sociais como aparelhos de resistência que movimentam o motor de emancipação dos sujeitos em seu dia-a-dia, pois “a emancipação por que se luta visa transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não em um futuro longínquo. A emancipação começa hoje ou não começa nunca.” (SANTOS, 2008, p. 259).

Nos anos de 1990 os Movimentos Sociais urbanos⁸ passam por uma redefinição de suas lutas sociais e dos campos de atuação, provocando uma ruptura entre os mesmos. Em contrapartida o movimento popular rural se fortalece e espalha-se por todo o país. O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – foi criado em 1970 em Santa Catarina, tornando-se durante essa década, no movimento popular de maior participação e influencia dentro da sociedade brasileira.

O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades, e diminuir aquela violência (GOHN 2006, pág.305).

⁸ Movimentos Sociais que tinham as bases de suas reivindicações no contexto social urbano (GOHN, 2006).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Devido às novas demandas sociais surgidas na década de 1990, os Movimentos Sociais passam a focar suas ações em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc., levaram a reações no plano da moral, possuindo uma característica singular em suas ações populares, estas com um caráter particular oriundo de demandas de segmentos específicos, não mais direcionadas a partir de uma consciência popular buscando a efetivação de ações coletivistas. Os mesmos não são desvalorizados enquanto modos de lutas, pois se baseiam em formas diferenciadas de agenciamentos políticos de resistência. Tal que, “em qualquer escala que essas lutas se expressem, se agenciem, elas têm um alcance político, pois tendem a questionar esse sistema de produção de subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.50). A fragmentação dos espaços de produção de ações coletivas podem se constituir enquanto espaços de multiplicidade, nos quais os agenciamentos políticos podem produzir novas dimensões que possibilitem a ampliação dos processos de singularização a partir de uma autonomia dos sujeitos do grupo e no grupo.

Portanto, podemos perceber caminhos diversos pelos quais os Movimentos Sociais caminharam nos anos 90. Houve a criação de estruturas macrocentralizadoras de vários MS através das ONGs, por estas serem estruturadas através de parcerias com o poder público que mantinha o controle de diversos processos por ser o “avalista” econômico de tais instituições; deslocamento do eixo das reivindicações populares; retomada da questão dos direitos sociais tradicionais e foco nos fatores da moral religiosa como lugar central nas lutas sociais. Tais tendências tornam-se as novas ênfases das políticas sociais contemporâneas orientando assim as novas direções para os Movimentos Sociais na era da globalização.

Ainda em meados dos anos 90 um novo cenário começa a se formar em torno da participação dos Movimentos Sociais no Brasil. Com o processo de industrialização em amplo desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, o Estado passa por uma redefinição do seu papel em relação à economia e a sociedade em sua totalidade. Transferindo suas responsabilidades para as comunidades organizadas por intermédio das ONGs que atuam em parceria com o poder estatal e a população (GOHN, 2006).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

É nesse contexto que “novos” movimentos começam a surgir, baseados em experiências de outros países, formulando suas ações a partir de categorias como participação política, identidade coletiva, ação coletiva, territorialidade etc. Como por exemplo, os Movimentos Sociais LGBTs - que pode ser definido como uma representação organizada de uma comunidade social diferenciada (SILVA, 2008) – o mesmo passa a se desenvolver em meados dos anos 90 no Brasil, formulando suas bases em estudos inovadores e novas perspectivas teóricas sobre a constituição dos Novos Movimentos Sociais.

2.1. Construção dos Movimentos LGBTs.

Os Movimentos Sociais LGBTs se constroem dentro de um contexto social enraizado no tripé, privação-opressão-discriminação, se constituindo como coletivos que propõem reivindicações políticas e sociais de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgênicos e travestis. Fazer um resgate histórico desses movimentos é considerar os escritos realizados por militantes e historiadores que se propuseram a estudar os fenômenos que se formam – formatam – considerando toda diversidade de demandas existente em cada um dos inúmeros Movimentos Sociais LGBTs. Tais movimentos se constituem enquanto formas de resistências disseminadas em rede, redefinindo a organização de atuação, não tendo como foco apenas confrontar o modelo vigente, mas transformá-lo. Criando espaços de fuga, no qual o “devir” é o meio revolucionário de modificar a realidade que nega a existência de formas diversas de vivenciar a sexualidade humana.

Podemos destacar três momentos como importantes para a constituição dos MS LGBTs no mundo: primeiro, temos em meados do século XIX as primeiras manifestações públicas que ocorreram na Alemanha em prol da emancipação de gays e lésbicas, com bandeiras que buscavam também a legalização do matrimônio homossexual e a “despenalização” do homossexualismo. É ainda na Alemanha que, em 1897, surge à primeira organização que tem por objetivo tratar e defender questões referentes à orientação sexual dos sujeitos, o Comitê Científico Humanitário - fundado



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

por Magnus Hirschfeld - o mesmo foi o primeiro a realizar um estudo científico, em 1903, sobre a incidência da homossexualidade na população mundial. O segundo momento de relevante importância foi o Movimento Homófilo, este tendo iniciado após a II Guerra Mundial e chegando ao término em 1969. Nesse período pode se observar o desenvolvimento de um movimento de liberação gay e lésbico com melhor organização e maior embasamento ideológico. E um terceiro momento, este sendo considerado por diversos militantes o de maior importância para o fortalecimento e disseminação dos Movimentos Sociais LGBTs pelo mundo, foi o “incidente de Stonewall” (SILVA, 2008).

Na noite de 27 de junho de 1969 em Nova Iorque, policiais invadem um bar chamado Stonewall, um hábito institucional daquela época e cidade...

Ainda que não se saiba com certeza como se deram, em realidade, os fatos daquela noite, costuma-se aceitar a versão de que, com os policiais já no interior deste bar e já feitas algumas detenções, uma lésbica fora agredida por um policial na cabeça e ao ser contida pela polícia, teria incitado, aos gritos, os demais detidos, já na viatura policial a rebelarem-se, a romperem com a passividade com que se submetiam habitualmente à violência policial (SILVA, 2008, p. 140).

Os acontecimentos da noite se estenderam até a madrugada do dia 28 de junho, e ao se completar o primeiro aniversário do levante de Stonewall, 10 mil homossexuais marcharam pelas ruas de Nova Iorque. Essa mobilização deu origem ao Dia Internacional do Orgulho Homossexual ou LGBTs, tendo início nos EUA com o nome “Gay Pride” e posteriormente se espalhando pelo mundo - na Espanha recebe o nome de “Manifestacion del Orgulho LGBT”, em Portugal de “Marcha Nacional do Orgulho LGBT” e no Brasil o de “Parada do Orgulho GLBT”. Essas ações coletivas tentam levar as ruas o aspecto político das lutas das comunidades LGBTs, mas também levantar a bandeira da luta pelo lúdico, pela irreverência, ressaltando a característica transgressora que perpassa a condição social do homossexual em muitos momentos da história.

O acontecimento em Stonewall foi uma experiência isolada que tomou proporções globalizadoras nos momentos seguintes. Uma característica dos movimentos



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

de resistência em atuam em rede, acompanhando a modernização do campo social, que trouxe mudanças não só na força de trabalho, mas também nas formas de produção social. Os Movimentos Sociais em defesa dos direitos LGBTs da época criaram novos círculos de comunicação, novas maneiras de colaboração social e modos diferenciados de interação, contribuindo para uma organização em rede possibilitando a formação de eixos que foram fundamentais para solidificação das lutas políticas que reagiam a repressão do modelo heteronormativo da sociedade.

Várias organizações surgem na década de 1970, tendo em Stonewall sua fonte de inspiração para lutar pelos direitos de gays e lésbicas, obtendo importantes conquistas para os coletivos sociais que representavam, como por exemplo, a rediscussão da classificação dos homossexuais como doentes pela Associação Nacional de psiquiatria, a revogação da proibição de homossexuais trabalharem nos serviços públicos e das leis que criminalizavam a relação afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo em várias cidades e estados dos EUA. Mas, todos esses avanços conseguidos a partir de Stonewall foram decaindo no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Uma questão importante, que contribuiu para a perda de algumas conquistas refere-se ao aprofundamento da crise econômica mundial. Esta abriu espaço para a emergência de um discurso conservador, que produziu a revogação de muitas leis antidiscriminatórias, apesar da resistência dos grupos organizados e da comunidade homossexual (SILVA, 2008, p.141).

Além dos fatores econômicos acima citados, algumas das mais de 500 organizações criadas após Stonewall passaram por um processo de enfraquecimento devido fatores também internos. Tais organizações caminhavam sozinhas, desconhecendo os movimentos anteriores a Stonewall, eram grupos que possuíam um discurso militante radical, fundamentado em conceitos como identidade e diferença. Restringindo as lutas dos movimentos às demandas pessoais dos coletivos, sem considerar tais movimentos sociais como mecanismos de aproximação das lutas de diversos campos sociais, favorecendo assim a desestruturação e conseqüentemente o



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

enfraquecimento do empoderamento político dos Movimentos Sociais LGBTs, naquele período (SANTOS 2005).

Uma característica importante dos Movimentos Sociais dessa época está no fato de haver uma valorização pela autonomia do coletivo em relação aos diferentes movimentos existentes no campo social, principalmente no que se refere aos Movimentos Sociais LGBTs. Havia uma política de identidade nascendo juntamente com os movimentos feministas e LGBTs, com ênfase na independência e com uma organização democrática centralizadora, com certa tendência unificadora.

Se não existe possibilidade de uma maneira democrática de agregação política que nos permita preservar nossa autonomia e afirmar nossas diferenças, proclamam eles, haveremos de nos manter separados, por nossa própria conta. (HARDT e NEGRI, 2005, p.124).

Mas embora tenha ocorrido uma dispersão na atuação dos movimentos homossexuais, não podemos desconsiderar as transformações sociais decorrentes da visibilidade e da dimensão política de tais movimentos, que até esse momento eram discutidas apenas no âmbito íntimo e privado das instituições sociais, e a partir das mobilizações e das organizações LGBTs passou a “frequentar” o espaço público da sociedade. Sandoval (1989), nos chama atenção para as diversas tramas existentes na sociedade que acabam por orientar transformações nas dinâmicas dos Movimentos Sociais, que por sua vez tem como principal característica algo que traz em sua própria denominação: o movimento. Ou seja, os contextos culturais, sociais, econômicos e políticos atuam como mecanismos mediadores na construção das características presentes em cada Movimento Social, desde os limites socioculturais até os seus aspectos psicossociais e suas atuações políticas. Completando o que já discutimos no tópico anterior, ao falarmos de como os Movimentos Sociais acompanham os surgimentos dos aparatos tecnológicos surgidos com a modernização da sociedade e com a globalização do sistema capitalista.

Paralelamente ao movimento que se configurava nos EUA e Europa, na América Latina, especificamente no Brasil, pode se observar algumas particularidades devido à



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

constituição política da sociedade brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Embora os movimentos surgidos aqui tivessem como base o discurso e as experiências ocorridas nos EUA e na Alemanha, há uma especificidade: os Movimentos Sociais LGBTs no Brasil passam a dialogar com outros movimentos urbanos, como os feministas, negros, ambientalistas, etc., os mesmos reivindicavam a igualdade nas relações interpessoais, se integrando também ao movimento de redemocratização do país (FRY, 1982). Tais grupos se articulam por afinidade, agindo unidos em uma estrutura em rede, se organizando a partir do que tem em comum. Construindo processos decisórios democráticos, se tornando uma expressão prática de autonomia e diferença.

No Brasil, em meados do ano de 1970, a homossexualidade passa a ser vista nas artes, na publicidade e no teatro, que através de performances de artistas “entendidos”⁹ traziam a público um provocante debate sobre as questões relacionadas à sexualidade e seu papel político na sociedade - Deleuze (1992), nos mostra a potência existente no processo criativo que envolve a arte, e em como tal arte afeta o sujeito na medida em que o mesmo enxerga na arte a possibilidade de reencontro com aquilo que lhe falta, com o desejo que lhe falta - Mas é somente em 1975 que surge o Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual, primeiro coletivo organizado que além dos debates referentes à homossexualidade, abarcava também inquietações referentes ao movimento feminista, ecológico e racial. Silva enfatiza que somente a partir de 1975, pode-se considerar a emergência do subterrâneo: um “Movimento de Liberação Homossexual no Brasil” (SILVA, 2008, p.167).

Em 1977, os estudantes iam às ruas para lutar em favor da anistia dos presos e exilados políticos, iniciava-se o processo de redemocratização do país. A imprensa ainda dependia da permissão do Conselho Nacional de Censura para publicar artigos, jornais e revistas, mas a chamada imprensa alternativa se fortalece rapidamente e aproveitando esse momento promissor dos veículos informativos alternativos, surge o jornal “O Lampião de Esquina”, que tem por objetivo o foco na luta dos grupos excluídos da sociedade, como mulheres, negros, homossexuais e índios, embora seus artigos fossem quase que totalmente direcionados para a comunidade homossexual.

⁹

Termo também utilizado para referir-se aos homossexuais e bissexuais na década de 1970.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Chamando a atenção para o aspecto psicossocial que envolve a constituição dos sujeitos, escrevendo em sua edição de número zero:

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias e pecha de casta, acima ou a baixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro da condição psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, Lâmpião deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenhamos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (O Lâmpião da Esquina, editorial nº0 apud SILVA, 2008, p.171).

Sem dúvida O Lâmpião da Esquina se constituiu como importante instrumento de construção do Movimento LGBTs no Brasil, se tornando um via de acesso e de disseminação do debate acerca das necessidades e dos direitos da comunidade homossexual. E apesar de ter encerrado suas atividades após pouco mais de três anos, contribuiu para inspirar uma grande quantidade de grupos que surgiram no decorrer da década de 1980.

Outra importante iniciativa foi a formação, em 1978 do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que após alguns (des)encontros passou a se chamar Grupo Somos de Afirmação Homossexual. A primeira grande intervenção pública do grupo aconteceu em 1978, um ato em repúdio a maneira preconceituosa como o jornal Notícias Populares se dirigia aos homossexuais. Nesse mesmo ano o grupo muda novamente de nome, e passa a se chamar SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual. Em fevereiro de 1979, o SOMOS, participa de seu primeiro grande evento, este sendo realizado na USP – Universidade de São Paulo, depois disto, devido a visibilidade, o grupo passa a contar com extensões no interior de São Paulo e no Rio de Janeiro (SILVA, 2008).

Após o aparecimento do O Lâmpião da Esquina e do SOMOS, ocorreu uma expansão dos Movimentos LGBTs na década de 1980, e diante dessa nova realidade, com o aparecimento de inúmeros militantes de grupos homossexuais por todo país,



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

surge à necessidade de haver um diálogo entre os diferentes grupos para discussão das diversas experiências vivenciadas pelos mesmos em contextos sociais e econômicos distintos, a fim de construir de atividades conjuntas e ampliar a visibilidade dos Movimentos Sociais LGBTs em todo território nacional. Essa demanda comum culminou na realização do I Encontro de Homossexuais Militantes, que aconteceu no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1979, este sendo patrocinado pelo O Lampião de Esquina. Desse primeiro encontro nasce o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, em que as primeiras bandeiras tratavam:

(...) do incentivo a legalização dos grupos homossexuais e promoção de um maior intercâmbio entre os mesmos; ampliar estudos e conferências sobre homossexualidade, com o fim de fazer deste debate um debate realmente público; lutar pela aprovação de leis anti-discriminatórias e pela exclusão do código 302.0 da Organização Mundial da Saúde -OMS – que classificava a homossexualidade como desvio sexual e denunciar todas as expressões de preconceito anti-homossexual (SILVA, 2008, p. 175).

Seriam realizados mais cinco encontros, estes anualmente, antes da mudança do nome do evento para VII Encontro Nacional de Lésbicas e Homossexuais na tentativa, talvez, de produzir uma maior visibilidade do ponto de vista político, para o movimento de lésbicas dentro do contexto homossexual, uma vez que nossa sociedade é pautada em uma cultura patriarcal e a mesma é também reproduzida na dinâmica dos Movimentos Homossexuais. Mas tal tentativa não funcionou, tendo em vista que no encontro seguinte o nome foi modificado mais uma vez em 1995, para Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas.

Mesmo os Movimentos Homossexuais se constituindo enquanto coletivo de resistência à ordem de sexualidade vigente, e defendendo a livre expressão de relações entre pessoas de mesmo sexo, é importante considerar que tais movimentos se constroem dentro de uma sociedade ocidental de base patriarcal, em que a hierarquia é fator importante na construção das dinâmicas de relacionamentos e na organização social, enfatizando, entre outras coisas, a desigualdade presente nos papéis que cada gênero desempenha, sendo o homem o gênero e o sexo dominante. Tal estrutura, por



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

vezes, foi reproduzida dentro dos Movimentos Homossexuais durante os anos de seu desenvolvimento, trazendo aspectos machistas e excludentes de uma lógica de subordinação dos papéis sociais de gênero, mesmo em se tratando de espaços de luta pela transformação da realidade social, de grupos que buscam o bem comum de direito à igualdade dentro de suas diferenças.

Eis que em 1997 haveria mais uma mudança na nomenclatura do encontro, este passa a se chamar Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, agora fazendo alusão aos novos moldes dos grupos surgidos ao longo dos anos. A cada realização do encontro, novos militantes se juntavam aos grupos, novas demandas eram debatidas entre os participantes e novas sexualidades eram integradas ao Movimento Homossexual, que em 2005 organiza o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros¹⁰, efetuando mais uma mudança por agora se considerar transgêneros a terminologia mais inclusiva. Mais tarde ficou definido que os movimentos que lutam pelos direitos de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e transexuais deveriam utilizar a sigla GLBT, levando em consideração que ao escrever sobre o mesmo deve-se especificar o significado de cada sigla, em que o “T” é a representação, de maneira igual, de travestis, transgêneros e transexuais, respeitando a identidade de gênero de cada coletivo (SILVA, 2008). Mais tarde, por ser constatada, pelos movimentos feministas e lésbicos, que a categoria necessitava de maior visibilidade, as siglas novamente mudam de lugar, agora para referir-se aos Movimentos Sociais de luta pela diversidade sexual deve-se usar: LGBT. Afinal, quando nos referirmos às categorias homossexuais, devido à pré-existência, ainda, de uma lógica falocêntrica, logo se relaciona aos gays (homens), isso deixava, de certa forma, o movimento lésbico em dependência com os demais movimentos, e os mesmos consideram que as demandas de cada segmento é específica e diferenciada, havendo assim a necessidade da inversão para fins de visibilidade das mulheres lésbicas dentro do movimento homossexual.

¹⁰ Termo usado para se referir às pessoas transexuais, travestis, hermafroditas e todas as outras cuja identidade de gênero não segue o padrão cultural determinado para seu sexo, designado no nascimento. Hoje, o movimento LGBT recomenda o uso dos termos travestis e transexuais (MENDRADO Benedito, CORREIA Thiago, ROCHA Thiago e MORAES Maristela, 2008, p.52).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Toda essa construção histórica acerca da denominação mais coerente, adequada ou até mesmo, conveniente, evidencia um dos pontos de tensão para os Movimentos Sociais LGBTs, pois os mesmos estabelecem com as “denominações” postas uma relação de reconhecimento social, que por vezes limitam e aprisionam a experiência humana da livre sexualidade, mas também trás para o sujeito a valorização encontrada na visibilidade da categorização. Durante muito tempo se enfatizou a importância de se estabelecer espaços identitários que possibilitassem assumir uma condição homossexual, sem se precisar de justificativas causais para a existência do sujeito homossexual, cultuando um desejo de existir uma identidade sexual que não fosse ameaçada pela soberania identitária de outra (heterossexual). Mas não devemos utilizar o termo identidade de maneira indiscriminada, afinal tal conceito é como uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo em que compreende algo não estável, nem pronto, mas sim um processo de identificação em curso, pode também ser entendido como um espaço de instauração de limites e criação de fronteiras entre sujeitos e/ou grupos (SANTOS, 2000, apud PRADO e VIANA, 2012).

A cultura de cada período histórico cria padronizações atreladas a características pessoais repletas de “artefatos de fixação de identidades” (TREVISAN, 2011, p. 36). Descrição, categorização e definição são objetivos do sistema que se utiliza de tais conceitos para identificar, classificar e elaborar mecanismos de controle que favoreçam o contínuo desenvolvimento de um sistema perverso e excludente. Ou seja, elaborar conceitos fechados, padrões de identidade homossexuais acaba por servir mais aos objetivos da normatização dos sujeitos do que a uma real libertação da sexualidade. “Utilizar tais categorizações identitárias é assumir toda a carga negativa com que a ciência e a cultura vieram sobrecarregando-as” (FREIRE apud TREVISAN, 2011, p.37). A elaboração de modelos identitários contribui para a criação de referências, excluindo as diferentes formas de existência, permitindo o controle das formas de desvio do modelo hegemônico em reprodução.

Devemos pensar no conceito de identidade enquanto um processo plástico, que mesmo possuindo uma finalidade concreta, se constrói na ação dos sujeitos e pela ação dos sujeitos, dessa forma apresenta diferentes formatações que podem até resultar



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

em modelos, mas se constroem sem deles depender. Não podemos desvincular os processos identitários das construções históricas e políticas que perpassam a dinâmica das relações sociais presentes em toda sociedade. Muito menos objetivar a complexidade existente em torno dos mecanismos fronteiriços que podem limitar os espaços de produção das subjetividades coletivas existentes nos Movimentos Sociais.

Pensar em processos identitários dentro dos Movimentos Sociais, é refletir sobre a tensão existente entre as formas de modelagem sociais presentes no processo de construção de identidades - caso a identidade se constitua enquanto um padrão de subjetividade - e o mecanismo de problematização da realidade através da construção de uma identidade política e fluída presente nos agenciamentos que produzem a construção de subjetividades múltiplas.

3. Identidades: fronteiras e embates políticos

Como percebemos, ao longo das discussões dos capítulos anteriores, a problemática da identidade ocupa lugar de destaque na formação dos Movimentos Sociais LGBTs, talvez por estes buscarem também um reconhecimento social de orientações sexuais que superam as formas desviantes da heterossexualidade normativa. A busca política destes grupos sociais perpassam seus modos de vida, se afirmando enquanto campo de resistência frente a uma sociedade patriarcal e falocêntrica. Por vezes, tais movimentos utilizam o conceito de “identidade” como mecanismo de pertença, a fim de estabilizar a permanência de membros em seus grupos, afinal a identidade tem poder de aglutinação e de pertencimento. Sendo assim, devemos ter certo discernimento para distinguir os significados que esse conceito tão intrigante pode apresentar nos diversos contextos históricos, sociais e políticos presentes na construção dos Movimentos Sociais, neste trabalho especificamente, dos Movimentos Sociais LGBTs.

Nos últimos anos a discussão acerca dos processos de construção de identidade tem se intensificado gradativamente entre os intelectuais do meio acadêmico e entre diversos Movimentos Sociais. Vecchi (2005 apud) observa que o debate sobre a



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

identidade tem se tornado uma convenção socialmente necessária. Tem-se usado o conceito de identidade como mecanismo de modelagem social na construção da “nova” sociedade em tempos de globalização, desconsiderando o recurso correspondente da identidade, de se formar através de um processo contínuo de redefinição, de inventar e reinventar-se ao longo de sua própria construção.

Observamos que estudar a(s) identidade(s) é um processo árduo e complexo, resumindo “um dilema inquietante” (BAUMAN, 2005, p.16). Pois, quem busca “a identidade” encontra-se frente a uma busca pelo impossível por este apresenta-se como um conceito polivalente, que é atravessado por diferentes dimensões em seu processo de construção, se desenvolvendo na infinitude do tempo, uma vez assim compreendido, tentar petrificar um conceito que envolve um universo de multiplicidades pode tornar-se uma armadilha teórica para qualquer estudioso da existência humana. O que podemos, neste momento, é fazer observações sobre os caminhos possíveis de construção de aparatos teóricos que consigam abarcar a complexidade existente na formação de identidade(s). Considerando que “a identidade não tem a solidez de uma rocha” (BAUMAN, 2005, p.17), pode se apresentar enquanto formas unificadas de modos de vida, mas também pode encurralar os sujeitos em estruturas enraizadas em instituições reprodutoras de sentidos baseadas em formações dogmáticas de identidade e semelhança, despotencializando a capacidade criativa da existência humana e influenciando na reprodução de padrões de significação dos modos de vida (DELEUZE, 2006 apud BRITO, 2012).

Inicialmente, podemos apontar um conceito de “identidade social” trazido por Tajfel (1981), que compreende identidade como “aquela parcela de autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p. 290), observando que para Tajfel considerar o (re)conhecimento da identidade em termos socialmente definidos pode ocasionar algumas consequências, dentre elas: que o sujeito tende a permanecer num grupo se este contribuir para os aspectos positivos da sua identidade social, o que lhe trará satisfação e garantirá sua permanência no grupo, influenciando no seu sentimento de pertença. Devemos considerar que Tajfel (1981)



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

constrói tal observação avaliando que a identidade social dos sujeitos depende do sentimento de pertença deste em relação ao grupo(s) em que está inserido, e este, por sua vez, só pode ser definido de acordo com os efeitos de categorizações sociais que dividem o campo social e são resultados de processos de comparação. Ou seja, um grupo somente terá sentido se relacionado, ou comparado com outros grupos; é a comparação que estabelece a ligação entre categorização social e identidade social.

As características do grupo numa pessoa, no seu conjunto (tais como o seu estatuto, riqueza ou pobreza, cor da pele ou capacidade para atingir os seus fins) atingem todo o seu significado quando relacionadas com a percepção de diferenças em relação a outros grupos e a conotação de valor destas diferenças (TAJFEL, 1981, p. 294).

Dessa forma, ao estabelecer a comparação como mecanismo de ligação para a formação identitária dentro dos movimentos sociais, acaba por incorporar uma dimensão pessoal e significados próprios dos participantes em detrimento das dimensões relacionais da sociedade, pois o envolvimento dos sujeitos está diretamente relacionado com os benefícios que os mesmos obtêm a partir de sua participação, o que pode reduzir os objetivos dos movimentos sociais a ganhos individuais.

Logo, percebemos a importância de uma lógica de representação embutida no processo de comparação entre sujeitos e/ou grupos sociais em Tajfel (1981), que produz uma formatação dos sujeitos em padrões de adequação à sociedade, sobre bases identitárias que se configuram como um porto seguro para os mesmos.

Tajfel (1981) utiliza como mecanismos de construção da identidade social, a importância atribuída pelo sujeito às estruturas de crenças, interesses e valores que envolvem os mesmos, e a comparação que este faz em relação às estruturas formadoras de outros grupos. São delimitadas fronteiras entre grupos para reiterar a constituição da identidade social tanto do sujeito, quanto do grupo ao qual este “pertence”. O conceito de identidade social de Tajfel “se estabelece como um conjunto de atribuições e referências da pertença grupal e social do indivíduo” (PRADO, 2002, p. 60).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

A teoria da identidade social de Tajfel (1981) está baseada em uma perspectiva cognitivista social, que compreende as formações identitárias a partir da relação entre a identificação dos sujeitos e a categorização social. Não abordando o caráter processual presente nos movimentos sociais enquanto espaços coletivos de produção de subjetividades. Sendo assim, o sujeito cria ou redefine seu lugar na sociedade a partir da categorização social, ou seja, tal processo é mecanismo fundamental para a construção da relação entre sujeito e sociedade na formação de uma identidade (NAUJORKS e SILVA, 2012). Tais processos intergrupais por vezes não problematizam as diversas dimensões que contribuem para a construção identitária de sujeitos e/ou grupos, muitas vezes adicionando ao conceito de identidade uma carga de normatividade e centralidade, estes tomados como características intrínsecas pelos movimentos sociais.

Posteriormente, outros autores também desenvolvem reflexões sobre o processo de formação identitária de sujeitos e grupos sociais. Observando fatores que também influenciam na construção da identidade além do sentimento de pertença grupal, como por exemplo, a dimensão cultural que envolve o sujeito e grupos de uma determinada sociedade. Essa cultura social é responsável por estabelecer papéis específicos a serem desempenhados pelos sujeitos a fim de organizar o campo social, utilizando as diversas instituições sociais como norteadoras das funções que cada sujeito e grupo devem cumprir. Tal discussão inclui os diferentes significados atribuídos aos papéis que cada sujeito absorve ao longo de sua existência, compartilhando assim, tanto o sentimento de pertença que será adquirido através da comparação social entre sujeitos e grupos, quanto o significado atribuídos aos papéis sociais definidos culturalmente.

Castells (2006) discute a problemática da identidade, nos chama a atenção para a diferenciação entre papéis sociais e identidade:

... entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (...) Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade (CASTELLS, 2006, p. 23).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

A partir dessa diferenciação podemos relacionar a construção da identidade aos significados atribuídos pelos sujeitos às experiências por estes vivenciadas e compartilhadas em grupo. Enquanto o papel social seria a função que o sujeito desempenha na sociedade, a partir das definições institucionais de organização de um povo, as identidades seriam instancias que constituem fontes de significado, que se originam e se constroem por meio do processo de individuação dos próprios sujeitos que superam os papéis sociais dados a eles. Embora estas “auto definições” possam colidir com os papéis sociais desempenhados pelos sujeitos, não devem ser confundidas, uma vez que as identidades são fontes mais importantes de significado do que as funções que os sujeitos desempenham ao longo da vida em diferentes contextos sociais. “Em termos mais genéricos pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (CASTELLS, 2006, p. 23).

Ao incluir os atributos culturais como uma das dimensões formadoras de identidades, reflete-se sobre a importância das instituições sociais na construção identitária de sujeitos e grupos de uma sociedade, e a inter-relação existente entre o processo de individualização e de modelização presentes no conceito de identidade. Uma vez que, o sentimento de pertencimento utilizado como referencia na formação da identidade social de Tajfel (1981) se propõe e se compõe enquanto campo de formatação identitária, e a construção de significados a partir da diferenciação dos papeis sociais culturais utilizados por Castells (2006) em sua reflexão sobre identidade, discute e supera uma produção normativa da mesma.

Algumas disciplinas também contribuem para a formação de identidades, são elas: a história, a biologia, a memória coletiva, os aparatos de poder, entre outros, estas se constituem enquanto matérias-primas para a formação e organização de significados, que são processados pelos sujeitos, grupos sociais e sociedades, estes por sua vez, constroem suas identidades a partir do conteúdo simbólico resultante das relações entre as instituições, às matérias acima citadas e as relações de poder que perpassam o campo social habitado por esse sujeito, que busca sua auto definição e pertencimento social (CASTELLS, 2006).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

As instituições e as disciplinas que circulam no campo social, são responsáveis por produzir as verdades que conduzem a vida dos sujeitos, seus comportamentos, sua constituição moral, enfim, funcionam como mecanismos de transmissão e controle das condutas humanas, e conseqüentemente, de suas formações identitárias. Esta verdade está apoiada no discurso científico e nas instituições disciplinares que o produzem, submetendo-se tanto a um estímulo econômico quanto político, que além de produzir, também possuem o controle, não exclusivo, de como esta verdade é transmitida no campo social e nas lutas políticas.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade, ou seja, os tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros: os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade (FOUCAULT, 2011, p. 217).

Ao considerar a importância das instituições, que atuam enquanto instâncias de poder, perpassando o campo social e interferindo na formação dos sujeitos, Castells (2006) traz para a discussão acerca da identidade, o caráter coletivo presente na dinâmica da sociedade e conflitos existentes na mesma. O que coloca os movimentos sociais como possibilidades de formações identitárias coletivas, utilizando planos de luta que permitem a cada sujeito produzir formas de vida que divergem e vão de encontro ao que está instituído pelas organizações sociais.

Dando destaque para a formação das identidades coletivas, Castells (2006) aponta três formatações identitárias a partir de um estudo sobre movimentos sociais, são elas:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade;

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação;



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Identidade de projeto: quando atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade (CASTELLS, 2006, p. 24).

Ou seja, a identidade legitimadora é aquela produzida e reproduzida pelas instituições que organizam a sociedade a fim de ampliar e racionalizar sua soberania em relação aos sujeitos. Para tal a dominação é internalizada como natural, e a identidade reproduzidas pelos sistemas de poder; A identidade de resistência permite a criação de planos de resistência que possibilitam a existência de atores e grupos sociais que tem princípios diferentes, ou até contraditórios aos hegemônicos, e encontram-se excluídos ou incluídos marginalmente nos sistemas sociais, construindo espaços de enfrentamento a lógica social que os oprimem (PRADO e SOUZA, 2002); E a identidade de projeto - que por vezes pode ter como base uma identidade oprimida - consiste na produção de sujeitos com um projetos de vida diferente, que questionam tanto a lógica social que os oprimem, quanto a economia do mercado que os excluem, buscando a transformação da realidade que os cerca através da extensão do próprio projeto identitário (CASTELLS, 2006).

Mas, essas origens identitárias descritas por Castells (2006) não se constituem enquanto finalidade, pois identidades que tem seu início como de resistência podem tornar-se identidade de projeto, e esta, pode acabar por se tornar uma identidade legitimadora, a partir da racionalização de sua dominação nas instituições sociais. Podemos assim concluir, a partir de tais reflexões, que a construção de uma identidade coletiva se forma dentro de um processo dinâmico e infinito, no qual toda e qualquer identidade pode ser construída e reconstruída ao longo de sua constituição histórica e dos jogos políticos ali colocados. Não possuindo nem essência, nem finitude. Não é um “eu postulado” (BAUMAN, 2005), impossível de mobilidade ou mudança, pois diversas nuances atravessam a formação identitária de sujeitos e grupos, envolvendo o processo de globalização social que interfere nas dimensões que perpassam o desenvolvimento de uma sociedade. Devemos assim considerá-lo como sendo um conceito fluído e não fixo que acompanha as mudanças sociais, políticas, econômicas, sexuais, históricas e culturais de um determinado contexto social.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

3.1. Modelos identitários e suas nuances.

Vimos até aqui teorias que refletem sobre as possibilidades de construção das identidades. Uma traz o conceito de identidade social apontado por Tajfel (1981), se traduzindo a partir de referenciais de pertença grupal e social do sujeito em relação a outros grupos, utilizando a comparação e a categorização social como base de diferenciação; outra elaborada por Castells (2006), que se formula a partir dos movimentos sociais e da identidade coletiva, apresentando três possíveis origens: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto, estas não se constituindo enquanto complementares, embora possam se transformar ao longo de sua construção como espaços de contradições e composição dos campos de identidade. Ambas as teorias se apresentam como possibilidades dentro dos contextos em que foram formuladas e analisadas, comportando matrizes discursivas ideologicamente diferenciadas, mas centrando-se na vida social dos sujeitos e nos conflitos presentes nas esferas da sociedade.

Prado (2002), citando Melucci (1996), aponta outra possibilidade de compreensão sobre identidade, corroborando aspectos presentes nas discussões apresentadas acima, mas com ênfase em uma dimensão específica considerada por ele como determinante na formação identitária tanto dos sujeitos quanto dos grupos sociais - o “político” presente nas tramas sociais cotidianas e nas práticas discursivas que potencializam a ação coletiva dos sujeitos. Este produz ou reproduz significados que se constituem como fontes formadoras de identidades.

(...) pensamos que compreender as identidades como processos de identificações políticas que buscam “dar forma” ao significado do real (Melucci, 1996) e, a partir disto, articular pontos de fixação dos sujeitos, parece-nos um começo promissor de compreensão de uma possível articulação entre o particular e o universal que não seja uma “nova encarnação do absoluto” (PRADO, 2002, p. 22).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Sendo assim, considera-se o “político” como ingrediente indispensável ao se pensar nas formações identitárias dentro da atual sociedade globalizada. Nesse momento de “sociedades em rede” (CASTELLS, 2006), uma pluralidade de formulações identitárias surge com a expansão de possibilidades de atuação dos sujeitos, sejam elas materiais ou virtuais, além do alargamento dos limites para a vivência concreta das mesmas, pois mesmo sem a presença literal de instâncias de poder, suas formas estão atuantes em lugares diversos da sociedade. “(...) difundido nas redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada” (CASTELLS, 1999 apud PRADO, 2002, p.20), estimulando os sujeitos e grupos sociais a se articular de forma diferenciada, pensando ações em contextos diversos e de formas diferenciadas, a fim de possibilitar o enfrentamento às formas de opressão surgidas em tempos de sociedades de controle.

Nesse contexto o político passa por um processo de (re)significação, e as identidades passam a constituir-se como forças que potencializam a ação do sujeito coletivo em busca da superação da homogeneização evidencia as diferenças. Surgindo um novo tipo de identificação social: a identidade política, que se constitui...

“(...) como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada como um NÓS que está sendo impendida por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto como uma relação antagônica. Ela se estrutura na passagem da consciência das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo destas, não por outro motivo, a identidade política está centrada em relações entre um NÓS e um ELES, que se constituem como fruto da instalação de um antagonismo” (MOUFFE, 1992/1995 apud PRADO, 2002, p. 60).

Ou seja, é nesse espaço de conflito entre lados antagônicos, que os significados se constituem e que a identidade política se constrói. Em um processo de desenvolvimento das condições de opressão existentes nos diferentes campos sociais. É no reconhecimento das categorias materiais, psicossociais, políticas e nas fronteiras



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

que delimitam as relações entre sujeitos e grupos sociais, que se formam as identidades políticas e seus confrontos.

Desse modo, percebe-se que discutir sobre as formações identitárias envolve tanto um aspecto intrapessoal, quanto as relações e suas determinações sociais, culturais, econômicas e políticas. E que os modelos de identidade não se enquadram mais em moldes fixos, uma vez que, a sociedade está envolvida em uma rede de micro-conflitualidades, pois o sistema capitalista contemporâneo a todo o momento produz e reproduz formas de enquadramento dos movimentos de resistência, a partir de seus mecanismos de controle e mercantilização da vida.

3.2. Movimentos Sociais e seus atravessamentos identitários.

Os Movimentos Sociais se constituem enquanto espaços de construção de identidades coletivas e encontramos aqui uma porta para uma reflexão que aborda dentro da dinâmica das relações de poder presentes na sociedade uma constituição de identidades políticas e coletivas, trazendo para os movimentos sociais uma prática discursiva que possibilita a delimitação de fronteiras entre a passagem das relações de subordinação para as relações de opressão, que de acordo com autores como Prado (2002), Melucci (1996), entre outros, é necessária para a mobilização social direcionada às ações coletivas em busca da equivalência de direitos e da ruptura de estruturas sociais dominantes.

Tal debate, acerca das formas pelas quais as diferenciações identitárias assumem para inserir-se no espaço público, é complexo e extenso. No momento iremos nos deter as formações das identidades coletivas dentro dos Movimentos Sociais, observando as armadilhas que o conceito traz para o estabelecimento de mecanismos de transformação social, mas também observando os aspectos de segregação presentes no processo de construção de uma identidade, uma vez que, a mesma pode apresentar-se como mecanismo de homogeneização dos sujeitos, sendo utilizada como forma de unificação, e “considerando que nenhuma estrutura de dominação social poderia resistir se não existisse essa representação nos planos socioculturais e psicossocial” (SANDOVAL,



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

1989, p.432). Mas também, não podemos deixar de destacar, a importante força existente no significado de pertença presente nos conceitos de identidade absorvidos por diversos integrantes de Movimentos Sociais.

Sendo assim, não podemos falar sobre identidade dentro dos Movimentos Sociais, sem mencionar a importância que o papel do militante representa na construção de significados no cotidiano das lutas travadas pelos MS em busca da concretização dos seus projetos políticos para a sociedade. Leite e Dimenstein (2011) citam Prado e Lara Junior (2003) para falar sobre a formação da militância nos MS, os mesmos compreendem que:

A militância se forma a partir do envolvimento de inúmeras pessoas em causas que passam a ter interesses comuns, levando-as a uma disponibilidade de energia e de tempo e gerando uma participação contínua em movimentos e ações coletivas com vistas a enfrentar ou denunciar as intermitentes formas de opressão que se exercem na atualidade (LEITE e DIMENSTEIN, 2011, apud Prado e Lara Junior 2003 p.63).

Ou seja, os Movimentos Sociais não seriam formados apenas pelas relações de opressão vivenciadas pelos sujeitos. Com a assimilação de interesses comuns, os sujeitos inauguram um processo de identificação coletiva que corrobora para a mobilização social, podendo instaurar ações coletivas em busca de uma transformação social. Este processo, por sua vez, desemboca na construção dos significados necessários para a constituição da identidade política dos Movimentos Sociais (PRADO, 2002).

Mas é preciso estar atento à concepção tradicional de “militante” ainda presente no imaginário de diversos MS, assim como em parte de seus próprios militantes, que por manterem um modelo estereotipado sobre o modo de atuação dos sujeitos dentro dos MS – *“em que o militante é aquele sujeito disciplinado, barbudo, que só fala em política, não tem vida social, sem muitas preocupações com a aparência, e para finalizar, não dispensa uma blusa estampada com a figura de Che Guevara”* (VINADÉ e GUARESCHI, 2007, p.69) – pode interferir na constituição interna dos Movimentos



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Sociais, acabando por manter uma relação de binarismo com os discursos práticos e na concretização das ações sociais, intervindo na formação da identidade política coletiva de tais MS (LEITE e DIMENSTEIN, 2011). Tais modelos referenciais reproduzem subjetividades padronizadas e não-criativas, conduzindo a atuações coletivas esvaziadas e por vezes reacionárias.

As minorias se constituem enquanto espaços criativos constituintes de um devir minoritário¹¹ que não possui um modelo, mas por vezes pode incorporá-lo para se manter viva dentro do campo social, embora sua potencia de atuação esteja na sua capacidade criativa de coexistir como forma questionadora aos modelos majoritários constituídos sem estabelecer uma relação de dependência com os tais modelos.

Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender (DELEUZE, 2010, pag. 218).

Sendo assim, é preciso observar os aspectos psicossociais e psicopolíticos presentes na dinâmica de formação dos Movimentos Sociais para analisar e compreender como se formulam suas identidades. Mesmo esta se constituindo enquanto uma identidade de resistência (Castells, 2006), ainda esta passível dos perigos existentes na formulação de um conceito fixo de identidade, não abrindo possibilidade para o desenvolvimento de um cenário favorável para construção de uma identidade de projeto (Castells, 2006), por haver incorporado uma identidade enquanto unidade, assumindo uma postura essencialista, não considerando a pluralidade subjetiva presente no contexto dos Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais fazem parte de uma complexa teia de relações, que muitas vezes suscitam não apenas contradições com as significações hegemônicas da realidade, mas também antagonismos

¹¹ O devir minoritário se trata de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de finalidade da produção das relações sociais, um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado por certas categorias hegemônicas (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.: 73).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

plurais que se sobrepõem, competindo por uma nova forma de significação da realidade em um constante campo de negociações conflitivas (MELUCCI, 1996 apud MACHADO e PRADO, 2005, p. 38).

Os Movimentos Sociais surgem nas sociedades como alternativas de participação concreta dos sujeitos na sociedade contemporânea. Contribuindo para a formação de novos formatos identitários que corroboram juntamente com novas práticas sociais para a construção e transformação da realidade vivenciada por atores sociais que se encontram nas contradições marginais dos enquadramentos hegemônicos econômicos, estruturais, simbólicos ou culturais. Evidenciando as diferenças e mediando conflitos sociais presentes, e por vezes nebulosos, na construção da sociedade.

3.3. Identidade nos Movimentos Sociais LGBTs: um debate em construção.

Ao revisitar os caminhos traçados pelos Movimentos Sociais LGBTs ao longo de sua história, percebemos que as reivindicações ultrapassam o campo do reconhecimento de uma identidade homossexual. Apesar de existir em diversos momentos a afirmação de modelos culturais dentro das comunidades homossexuais, tal espaço se constitui enquanto campo de multiplicidades sexuais, no qual a defesa de uma identidade cultural homossexual pode ter implicações de homogeneização a partir de padrões estabelecidos, impedindo a visibilidade das múltiplas formas de sexualidade.

Embora tal discussão esteja presente dentro dos MS LGBTs, a construção de uma identidade homossexual ainda é ponto central de muitos debates. Discute-se a compreensão de criação de um modelo alternativo em oposição ao modelo heterossexual tradicional. Uma vez que o conceito de identidade aparece como um aspecto relevante de ordem psíquica, social e política na organização e construção dos Movimentos Sociais LGBTs, pois os laços identificatórios são importantes na formação dos grupos e de suas ações coletivas (SILVA, 2008). A proposta é construir a homossexualidade de maneira afirmativa, enfatizando as liberdades e os direitos



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

fundamentais que são negados em detrimento de uma hierarquia sexual que tem como modelo base a heterossexualidade.

Mas, embora exista um caráter psicopolítico implicado na categoria identidade dentro dos Movimentos Sociais LGBTs, encontramos também uma característica limitadora da subjetividade dos sujeitos, pois ao mesmo tempo em que possibilita espaços de fuga dentro de uma realidade opressora, estabelece modelos padronizantes de sujeitos homossexuais atrelados aos modelos traçados pelo sistema econômico. Uma vez que, à medida que a sociedade vai abrindo caminho para o surgimento de novos campos de mercado através do progresso do sistema capitalista, passa a produzir um mercado “rosa”, este apenas disponível para alguns sujeitos homossexuais, limitando a subjetividade a um único tipo de referência identificável, que acaba por ser um decalque do modelo de homem vigente.

Isso nos leva a perceber uma criação de uma cultura gay a partir de uma identidade cultural que se relaciona com subculturas específicas mesmo dentro dos movimentos, ou seja, existiriam modelos culturais identificatórios perpassando uma cultura LGBTs que, por sua vez, encontra-se envolvida com uma multiplicidade subjetiva no campo social em que emergi.

Muitos autores e autoras analisam a questão de dois enfoques distintos, sendo que o primeiro estende esta cultura gay como uma tentativa de homogeneização e controle da identidade gay, cuja diferença aceitável seria aquela que se insere em padrões estabelecidos. A segunda perspectiva tende a entender que essa cultura gay é um espaço concreto, conquistado e celebrado, de visibilidade de todas as multiplicidades sexuais possíveis (SILVA, 2008, p. 110).

Há ainda outros autores que possibilitam uma reflexão mais aprofundada sobre como a identidade cultural pode ser entendida como uma cilada, em que identidade é um termo ligado ao conceito de referenciação, sempre caminhando em busca de quadros de referência, tendo implicações políticas e micropolíticas que escapam do processo criativo de sentir, de pensar, de expressar dos grupos e minorias sociais, re-territorializando os modos de subjetivação.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

(...) conceitos de cultura e de identidade cultural são profundamente reacionários: a cada vez que os utilizamos, veiculamos, sem perceber, modos de representação da subjetividade que a reificam e com isso não nos permitem dar conta de seu caráter composto, elaborado, fabricado, da mesma forma que qualquer mercadoria no campo dos mercados capitalísticos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.70).

Desse modo, agenciamentos coletivos de resistência como os Movimentos Sociais LGBTs, não são apenas lutas pelo reconhecimento de suas identidades, trata-se também de colocar em questão os tipos de relações sociais, as diversas formas de sexualidade e a economia do desejo presente na produção dos modos subjetivos da sociedade. Estando ligada a um “devir” homossexual, engendrado a todas as engrenagens da sociedade e as possibilidades que envolvem o processo de singularização das minorias. “A mola-mestra da problemática das minorias: é uma problemática da multiplicidade e da pluralidade, e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 74).

Sendo assim, é no campo micropolítico, no cruzamento entre uma produção molar e molecular que surgem os processos de singularização, estes afetados em todos os níveis dimensionais da sociedade e do sujeito, pois sempre haverá uma multiplicidade resultante desses cruzamentos, possibilitando a produção de espaços de rupturas e a criação de novos modos de vida. Uma vez que ao se colocar a micropolítica em todos os campos impossibilita o bloqueio de produção criativa da subjetividade coletiva, pois “esses processos de transformação que se dão em diferentes campos da experimentação social podem ser, às vezes, mínimos e, no entanto, constituir o início de uma mutação muito maior” (GUATTARI e ROLNIK, p. 135).

Pensemos os Movimentos Sociais LGBTs como fenômenos de precipitação e de ruptura em que o uno se torna vários, nos quais se questionam a dicotomia homem/mulher como base para reflexões sobre a sexualidade humana, pois a mesma não abarca as múltiplas possibilidades de expressão do desejo do sujeito e suas praticas relacionais. São linhas de fuga, movimentos de desterritorialização, que através de



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

diversas conexões entre sociedade e agenciamentos coletivos possibilita a construção da heterogeneidade (DELEUZE e GUATTARI, 2000).

Desse modo, os Movimentos Sociais LGBTs atuando enquanto espaços rizomáticos, ou seja, campos de desterritorialização subjetiva que se constituem como linhas de fuga através de interconexões organizantes de uma ordem instituinte. Possibilitando a criação do novo, do devir, apesar das tentativas de sobre codificação dos movimentos dentro de uma lógica mercadológica, ainda sim, a constituição de identidades organizantes LGBTs viabiliza a construção de novos códigos significantes ampliando os caminhos de atuação dos movimentos sociais que buscam a heteroginização da sexualidade humana e suas reflexões.

4. Subjetividade, identidade e Movimentos Sociais LGBTs: pontos ressonantes da sociedade.

Os Movimentos Sociais LGBTs tem uma constituição história complexa e difícil, passando por diversos momentos de encontros violentos e sofrimentos políticos, o que provocou uma montanha russa no desenvolvimento de suas práticas em busca da transformação de uma sociedade padronizante pautada em modelos hegemônicos de sexualidade. O interessante a se destacar é como os MS LGBTs transformaram esses espaços de unificação de sexualidades em possibilidades múltiplas de existência humana, através de agenciamentos coletivos que potencializam a produção de subjetividades transgressoras em um sistema regularizante, por se caracterizarem como fenômenos de precipitação e de ruptura, em que o uno se torna vários.

Dessa forma, podemos ramificar a reflexão sobre identidade dentro dos Movimentos Sociais LGBTs observando o caráter heterogêneo presente em tal movimento, uma vez que o mesmo possibilita interconexões com dimensões diversas da sociedade, ou seja, os MS LGBTs são atravessados por diferentes forças desejanças que permitem a criação de novas formas de vida.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

“Todo ambiente sociocultural é feito de um conjunto dinâmico de universos. Tais universos afetam as subjetividades, traduzindo-se em sensações que mobilizam um investimento de desejo em diferentes graus de intensidade. Relações se estabelecem entre as várias sensações que vibram na subjetividade a cada momento, formando constelações de forças cambiantes. O contorno de uma subjetividade delinea-se a partir de uma composição singular de forças, em certo mapa de sensações” (ROLNIK apud LEITE e DIMENSTEIN, 2000, p.307).

Sendo assim, por enxergarmos os Movimentos Sociais LGBTs enquanto movimentos diversificados e de múltiplas conexões, observá-lo através de uma Teoria dos Movimentos Sociais (GOHN, 1997), seria reduzi-los a categorização existente que classifica os movimentos sociais em dois tipos: “Teoria dos Movimentos Sociais Tradicionais” e “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”. Tal classificação distribui as praticas dos movimentos como sendo movidas por questões econômico-estruturais (MS Tradicionais) e simbólico-culturais (Novos MS), tal determinação acaba por consolidar padrões, pois desconsideram a especificidade desejante e flexível presente em agenciamentos coletivos produtores de singularidades múltiplas e complexas, como é o exemplo dos Movimentos Sociais LGBTs, que por vezes podem apresentar demandas que transcendem tanto a estrutura material quanto a produção simbólica-cultural da sociedade (MACHADO e PRADO, 2005). “Nesse sentido, o movimento opera como um deslocamento, deixando de ter um foco, em muitas de suas práticas, sendo atravessado por inúmeros devires” (LEITE e DIMENSTEIN, 2000, p. 305).

Nesse sentido, apontamos para a importância de se pensar em uma “singularidade descentrada, múltipla, nômade, que dialoga com a superfície e não com o fundamento” (DELEUZE e GUATTARI apud BRITO 2012, p.6). Sugerindo se pensar em uma subjetividade móvel, que consiga abarcar a diferença e os deslocamentos da existência humana, não comportando mais a ideia de uma substancialidade do eu, nem a objetividade de uma identidade unificante e aprisionante do sujeito. “A subjetividade não é passível de totalização ou centralidade do indivíduo” (GUATARRI e ROLNIK, 1986, p.31).



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Ou seja, os Movimentos Sociais LGBTs atuam enquanto linhas de fuga aos mecanismos de sujeição dos indivíduos, sendo atravessados por modos de vida afirmativos, que não se deixam capturar por formas de vida padronizadas fixadas em modelos identitários reacionários, emoldurados em um sistema individualizante que prega a identificação através da negação da diferença.

A subjetividade é polifônica, é plural, pois não há nenhuma instância estruturante e dominante que a determine segundo uma causalidade unívoca. A subjetividade interage, sofre também variações, produz sentidos, contra-sentidos, opera modos coletivos e heterogêneos (GUATTARI, 1992, p.11 apud BRITO, 2012, p.8).

Desse modo, a proposta é pensar em uma “subjetividade desterritorializada”, mas antes é necessário entender o que seria território para Deleuze e Guattari.

O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323).

Mas não devemos pensar nos territórios enquanto espaços sem saída, sempre há a possibilidade de linhas de fuga, de desterritorialização. Pois, as territorialidades são atravessadas por movimentos de desterritorialização e reterritorialização que possibilitam o descarte de um território e a construção de um novo território, em um processo conjunto e continuum, afinal reterritorializar...

Não quer dizer o retorno a uma territorialidade, “implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 40, 41).

Sendo assim, a subjetividade desterritorializada



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

Atua pelo movimento, pelo deslocamento, pelo agenciamento, ela torna-se criadora, pois se constitui no movimento de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade (...) que fomenta modos de vida, modos que não são constituídos por uma fixidade, pois suas relações emanam do fora, dialoga com imanência, com a vida (BRITO, 2012, p.19).

É esse processo que sugere uma subjetividade não fixada, que possibilita a resistência ao poder, ao controle, potencializando novas formas de vida. Abrangendo não só a forma como se vê o mundo, mas também como existimos nesse mundo. Os Movimentos Sociais LGBTs transgridem qualquer binarismo, qualquer unidade, pois desejam o diferente, escapando dos mecanismos disciplinares que insistem em conter os modos criativos de vivenciar uma sexualidade divergente da dominante. São novos modos de viver diretamente ligados ao desejo de construir outros modos possíveis de mundo.

Sendo assim, este ensaio tem por objetivo promover a reflexão sobre como a construção de uma subjetividade centralizadora, pautada na existência de uma identidade unificada pode não dar conta do movimento deslocado existente dentro de espaços de fuga como no exemplo dos Movimentos Sociais LGBTs. É importante destacar que não se pretende demonstrar um caminho para essa compreensão, mas as diferentes possibilidades de formas existenciais, rejeitando uma perspectiva substancial de sujeito e exaltando a fissuras desejantes que tem força reativa para modificar a sociedade e suas concepções.

Dessa forma, após o exposto até esse ponto do ensaio, nesse podemos concluir, ou melhor, devemos apontar para a importância dos Movimentos Sociais enquanto espaços de territorialização e reterritorialização que oferecem as condições necessárias para o enfrentamento dos processos de neutralização presente na dinâmica social atual, em que muitas vezes as negociações políticas propostas pelo sistema econômico-estatal-disciplinar da sociedade, impossibilitam a potencialização do poder emancipatório de Movimentos Sociais como os LGBTs por produzirem espaços organizados de subversão das discussões referentes à livre orientação sexual através da difusão de formas



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

encapsuladas de existência homossexual. Sendo assim, as identidades por vezes podem atuar como mecanismos de inclusão perversa via sistema de socialização de modelos de homossexuais que desviam do fluxo multifacetado das formas criativas de existências e vivências sexuais.

REFERENCIAS BIBLIÓGRAFICAS

- BRITO, Maria dos R. Dialogando com Gilles Deleuze e Felix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada. **ALEGRAR**. n 09, jun. – 2012. Disponível em: www.alegrar.com.br
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**. Vol. 2. São Paulo – SP, Ed.: Paz e Terra, 2006.
- COSTA, F. A.; MACHADO F. V.; PRADO M. A. M. Participação política Homossexual: Dilemas entre o Indivíduo e o Coletivo. **Revista Interamericana de Psicologia**. v. 42, n. 2, p. 325-337, 2008. Disponível em:



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0034->

[96902008000200014&script=sci_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0034-96902008000200014&script=sci_arttext) . Acesso em: 04/12/2012.

- DELEUZE, G. **Conversações**. 2ª edição, Coleção TRANS. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. **MIL PLATÔS: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1**. Tradução Org. Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____ **MIL PLATÔS: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3**. Tradução Org. Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da C. A. e J. A. Guilhon Albuquerque. 19ª Edição, Rio de Janeiro – RJ, Ed.: GRAAL, 1988.
- _____. **O Sujeito e o Poder: uma trajetória filosófica**. Tradução Vera Porto Carrero. Ed.: Forense Universitária, 1995. Disponível em: <http://www.uesb.br>
- _____. **Ética, sexualidade, política**. Tradução Elisa Monteiro, Inês A. D. Barbosa. (Coleção Ditos e Escritos V) 2ª Edição, Rio de Janeiro – RJ, Ed.: Forense Universitária, 2006.
- FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro – RJ, Ed.: Jorge Zahar, 1982.
- GALINKIN, Ana L.; SANTOS, Claudiene (Org.). **Gênero e Psicologia Social: interfaces**. Brasília – DF, Ed. Technopolitik, 2010.
- GOHN, Maria da Glória M. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª Edição, São Paulo – SP, Ed.: LOYOLA, 1997.
- GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 2ª Edição, Petrópolis – RJ, Ed.: Vozes, 1986.
- LEITE, Jáder F.; DIMENSTEIN, Magda. Dimensão Subjetiva da Intervenção do MST no Meio Rural Brasileiro. **Vivência**. n 32, 2007, p 303-310. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br>
- _____. **Militância política e produção de subjetividade: o MST em perspectiva**. Natal – RN, Ed. EDUFERN, 2011.
- LOYOLA, Maria A. Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n 19(4), p 875-899, jul-ago 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n4/168391.pdf>
- MACHADO, Frederico V. **Muito Além do Arco-Íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>
- MACHADO, F. V.; PRADO M. A. M. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. **Revista Interações: Estudos e pesquisas em Psicologia**. São Paulo: Unimarco, v. X, n. 19, p. 35-62, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/354/35401903.pdf>. Acesso em: 03/12/2012.



X Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades

IV Seminário Nacional de Psicologia e Crítica da Cultura

- MENDRADO, Benedito; CORREIA, Tiago; ROCHA, Thiago; C. R.; M. M. **Da homofobia ao respeito: por uma cultura sem discriminação.** Recife - PE Instituto PAPAI, 2008.
- MIRIAN, Adelman. Paradoxos da Identidade: a política de orientação sexual no século XX. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n 14, p 163-171, jun. – 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a09n14.pdf>
- NAUJORKS, José C. SILVA, Marcelo K. Teorias da Identidade e Movimentos Sociais. In. III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis – SC – UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a001.pdf>
- OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação.** São Paulo – SP. Ed.: Sundermann, 2007.
- PRADO, Marco A. M. Da mobilidade social à construção da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista.** Vol. 8, n. II, p. 59-71. Belo Horizonte, junho de 2002. Disponível em: <http://www.pucminas.br>
- _____. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. **Revista de Ciências Humanas.** nº37, p. 47-65, Florianópolis: EDUFSC, abril de 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br>
- PRADO, Marco A. M.; VIANA, Frederico M. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** 2º ed. São Paulo – SP, Ed. Cortez, 2012.
- SANDOVAL, Salvador A. M. A crise Sociológica e a contribuição da Psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais. **Revista Educação e Sociedade,** p.34; dez. 1989.
- SANTOS, Ana Cristina. **Dos direitos Humanos aos Direitos das Minorias sexuais: impactos locais de uma luta globalizada.** 2005. Tese (Dissertação de mestrado) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2005. Disponível em: <http://portugalgay.pt>
- SILVA, Alessandro Soares. **Luta, resistência e cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT.** Curitiba: Ed.: Juruá, 2008.
- SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história.** Trad. Rubem M. Machado. Rio de Janeiro – RJ, Ed.: Record, 1996.
- TAJFEL, Henri. **Grupos Humanos e Categorias Sociais – II,** (Coleção HORIZONTE DE PSICOLOGIA – 2º vol.), Ed.: Livros Horizonte, 1981.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 8ª Edição, Rio de Janeiro – RJ, Ed. Record, 2011.